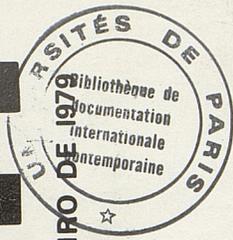
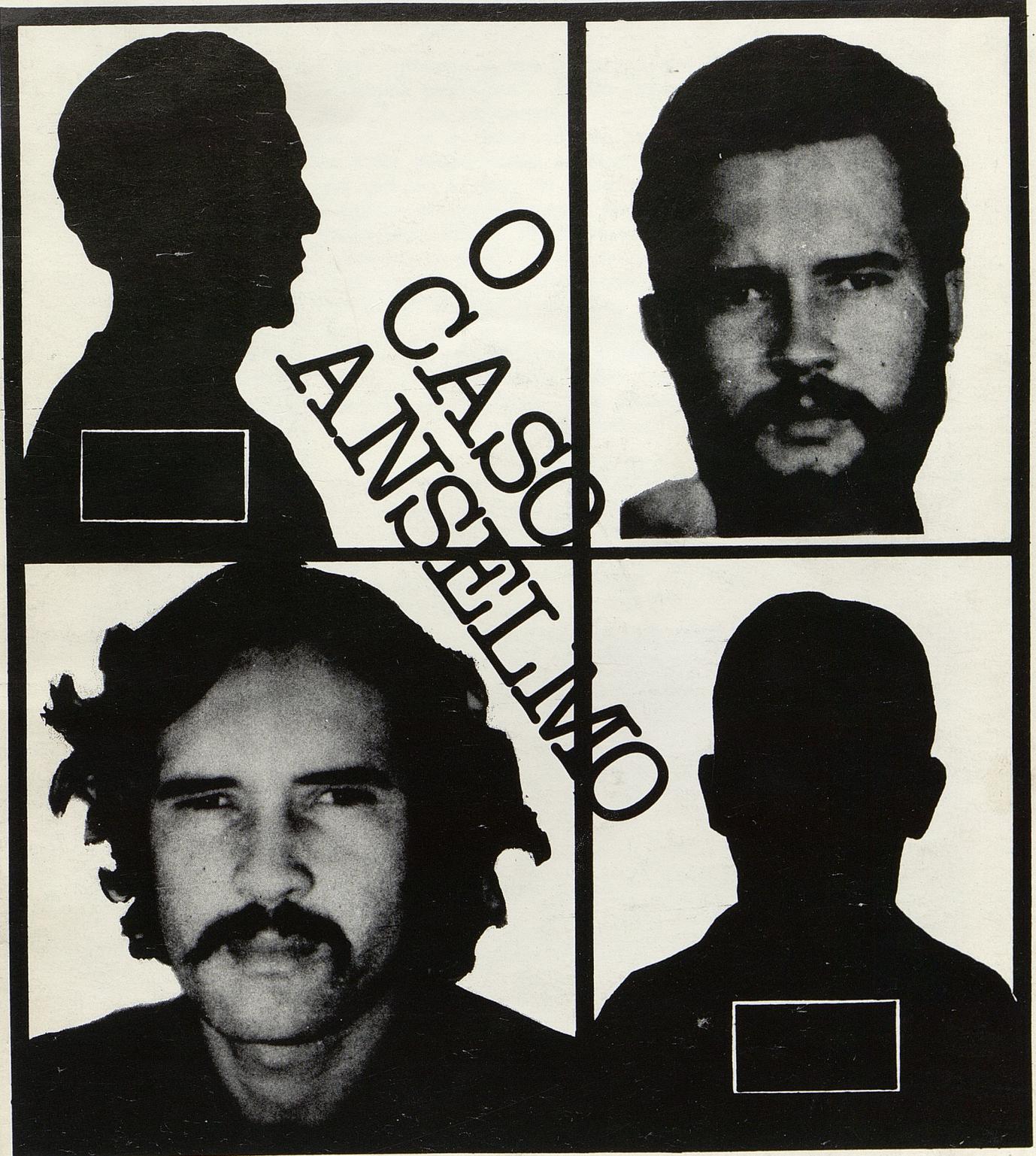


DEBATE



FEVRIER 1979

32



40P-8785

Aos leitores de Debate devemos dois esclarecimentos sobre o conteúdo do presente número. O primeiro sobre nossa decisão de trazer a público o "caso Anselmo". Explicamo-la na introdução ao artigo de P. da Silva, que após muito trabalho, muitas consultas, muita reflexão, elaborou a primeira tentativa de reconstituição daquele que constitui, sem sombra de dúvida o mais grave caso de traição que registra nosso movimento revolucionário, cujas consequências foram além das horríveis torturas inflingidas a heroicos companheiros como Aluisio Palhano e Edgar Aquino Duarte, entregues aos vermes da OBAN e do CODI pelo ex-presidente da Associação de Marinheiros, pois implicaram no golpe de misericórdia da repressão ditatorial ao movimento de luta armada em nosso país.

O segundo se refere aos artigos sobre o "policismo de esquerda" e o "movimento popular e os novos partidos". Ambos foram escritos por companheiros que não estão organizados em torno da Plataforma pela união dos comunistas. O artigo que critica o "politicismo de esquerda", respondendo ao de nosso companheiro Neno Matos (que em Debate-30 caracterizou criticamente a tendência que dentro e fora da oposição sindical sustenta posições obreiristas de direita) está baseado em concepções que consideramos como estranhas ao comunismo. Mas o acolhemos em nossas páginas não somente por estarmos a serviço do confronto organizado de idéias entre revolucionários, mas também porque o autor polemiza com espírito fraternal e aberto, colocando a luta ideológica no plano elevado em que deve se situar. Por isso nós não nos preocupamos em refutar neste mesmo número as teses do companheiro Onen. Também faz parte do companheirismo revolucionário reservar o espaço de que dispomos para críticas às nossas posições.



(esta foto do heroico companheiro foi recentemente publicada num órgão da imprensa democrática)

DOIS DOCUMENTOS FOTOGRAFICOS SOBRE O "CASO ANSELMO": A ESQUERDA, UMA FOTO DE EDGAR AQUINO DUARTE, ABAIXO, NO DRAMATICO MÊS DE MARÇO DE 1964, DOIS DIRIGENTES REVOLUCIONARIOS DOS MARINHEIROS, ANTONIO DUARTE DOS SANTOS E EDGAR AQUINO DUARTE LADEIAM ANSELMO, QUE AINDA NÃO TINHA VENDIDO A ALMA AO DIABO.



O CASO ANSELMO

p. da silva

Informar não é contar segredos. É levar ao conhecimento de um público determinado, num certo momento, um fato que deve interessá-lo. Assumimos, ao evocar nas páginas de Debate o "caso Anselmo", uma grave responsabilidade. Desde 1973, os círculos revolucionários ligados à recém-finda - e trágica - experiência da luta armada sabiam que o ex-presidente da Associação de Marinheiros estava trabalhando para a polícia. Um documento de denúncia foi divulgado nesta ocasião, a partir do Chile, onde se concentravam os remanescentes da VPR. Veio o golpe de Pinochet, a nova dispersão e o assunto caiu aos poucos no esquecimento. Dentro do Brasil, malgrado as (limitadas) possibilidades de expressão de que goza a oposição democrática, ninguém parece ter condições de evocar o assunto. Os comunistas de Debate não podiam esquivar-se à responsabilidade que lhes incumbe, enquanto depositários da experiência do passado recente da luta revolucionária, de alertar a esquerda para um fato de mais extrema gravidade que não pode e não deve ser sepultado num esquecimento que seria uma injúria à memória de nossos mártires e um campo aberto à continuidade de uma já longa traição. O companheiro P. da Silva, que já provou sua honorabilidade revolucionária nas mais duras circunstâncias a que pode ser confrontado um militante, incumbiu-se desta tarefa. Moveu-o, nesta difícil reconstituição dos fatos, somente o gosto da verdade. É possível no entanto que em pontos de detalhe seu relato deva ser retificado por informações mais precisas. Contamos para isso com a contribuição de todos os nossos leitores.



A SEDE do Sindicato dos Metalúrgicos da GB (foto na pág. ao lado) serviu de palco aos dramáticos acontecimentos que mantiveram em suspense a Nação. Anselmo Santos (acima) pede a adesão dos fuzileiros que tinham por missão prender os rebeldes.

Filho do Nordeste e de pai desconhecido. A sua psicologia pessoal, como postura emocional e sentimental, estava marcada por este passado de origem social. Foi estudante e seminarista. Abandonou a carreira eclesiástica por motivos que mais vale silenciar aqui. Entrou na Marinha, viajou para o Rio de Janeiro onde fez também curso particular de oratória. Dispunha de qualidades carismáticas. Usava atitudes estudadas em suas intervenções frente às massas e revelava acentuados traços megalômanos e egocêntricos. Apreciava a literatura e em especial a poesia. Mas o estudo das ciências sociais não ocupava lugar de destaque em suas atividades intelectuais. Gostava sobretudo de declamar poesias e se realizava ao ser admirado por seus ouvintes.

Quem com ele conviveu no Consulado mexicano, logo após o golpe de 1964, pode observar esta postura e estes traços configuradores de sua personalidade emocional. Anselmo -pois é dele que estamos falando- havia, ainda bem jovem, estado à frente de acontecimentos de grande envergadura histórica. Donde, concluíam alguns, esta vaidade, este egocentrismo.

Anselmo e a Associação de Marinheiros

O primeiro presidente da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais Brasileiros (AMFNB) foi João Barbosa. Foi escolhido sobretudo pela consideração de que gozava entre o grupo de cuja cabeça saiu a idéia de fundar a Associação. Mas ao passar os meses João foi se mostrando na prática como um homem ideologicamente influenciado pela oficialidade da Marinha. Era cabo e usava desta condição para estudar, coisa pouco comum entre os subalternos. Suas tomadas de posição frente aos problemas dos marinheiros foram despertando a desconfiança da massa. Nos fins de 1962, foi substituído sumariamente na direção da AMFNB por Anselmo, ou mais exatamente pelo 1º classe de convés José Anselmo.

O mecanismo de escolha do novo presidente foi o mesmo que o do seu predecessor: o relacionamento pessoal, já que ninguém tinha passado por experiências políticas anteriores que pudessem servir como critério de avaliação de suas qualidades e de sua firmeza ideológica. Para o "cabo Anselmo", como foi batizado pela imprensa, começou aí a história de uma rápida ascensão política.

Fora da Marinha, o "cabo Anselmo" desenvolveu ampla rede de relações, entrando em estreito contacto com os setores politicamente mais importantes e avançados da esquerda brasileira daqueles dias. A frente nacionalista liderada pelo então chefe radical Leonel Brizola, sempre reservou um apoio especial ao presidente da AMFNB, que representava um setor dos oprimidos da sociedade brasileira.

Evidentemente, depois que ficou revelada, publica e notoriamente, a "outra face" de Anselmo, seus antigos protetores e amigos preferem "se esquecer" do apoio que então lhe deram. Como se o movimento dos marinheiros, fruto de uma realidade histórico-social, pudesse ser apagado da memória ou perder seu significado porque seu presidente já seria naquela época um policial. Da massa podem sair muitos policiais, mas não é por causa disso que se pode desconfiar das massas...

Anselmo na Embaixada do México

Nos primeiros dias de Abril, logo após o golpe, Anselmo, como centenas

de outros brasileiros das mais diversas origens sociais e tendências políticas que conformavam a esquerda brasileira naquela época, se asilou na Embaixada do México.

Dentro da Embaixada, estoura um escândalo, provocado por um marinheiro de nome Renato (hoje residindo no México). Num ato de típica provocação policial, Renato acusou outro marinheiro, também refugiado na Embaixada, de estar mantendo relações homossexuais com Anselmo. A acusação tomou, dentro da Embaixada, caráter público.

Provocação policialesca, que suscitou da parte de Anselmo uma resposta muito estranha. Declarando-se "desmoralizado" resolveu abandonar o asilo e tentar sublevar a Marinha, convidando, para tal empreitada, vários de seus amigos de farda ali asilados. Ninguém aceitou a idéia. Sua impraticabilidade era evidente. Era notório que a situação militar estava sob perfeito controle dos golpistas.

Na obscura história do "cabo" Anselmo, esta é a primeira séria interrogação. Muito curiosamente, o mesmo Renato, malgrado a acusação lançada a respeito da vida sexual de Anselmo, com ele manteve amizade. A tal ponto que burlando a vigilância do pessoal do Consulado mexicano onde então estávamos asilados (no bairro do Botafogo), fez uma chamada telefônica para um contacto com a Ação Popular (AP). Tanto Anselmo quanto Renato mantinham bom relacionamento com esta organização. Como era de se esperar, a chamada de Renato foi gravada pelo serviço secreto do Exército. Tanta imprudência seria realmente inocente? É outra pergunta que fica. Em todo caso, alegando dispor da gravação, o governo brasileiro aproveitou para formular protesto junto ao governo mexicano. E o fato é que a tal chamada realmente existiu, o senhor Renato tendo burlado a confiança e abusado da gentileza do funcionário noturno do Consulado.

O mais extraordinário é que, feito por esta forma o contacto com a AP. e organizado por esta o "esquema" para Anselmo, este, uma bela manhã de sol e praia, surpreende os funcionários mexicanos com o pedido de abandono do asilo. Os funcionários aceitam. Cumprindo o que estava previsto no esquema de saída, Anselmo, ao cruzar a porta do Consulado, que ficava no último andar de um edifício relativamente baixo, à beira da praia do Botafogo, trocou de roupa, envergando um traje de banhista e um chapéu de palha também próprio para a praia. Foi assim que abandonou o Consulado.

Vinte-quatro horas depois, os jornais noticiavam sua prisão, num apartamento dum militante da AP. Portava consigo uma pistola calibre 44 que, segundo os jornais da época, "não teve condições de utilizar". Desfecho curioso e rápido! E as perguntas que ficam no ar desde então são tantas! A começar de que ninguém entrava no edifício onde estava instalado o Consulado mexicano -nem dele saía- sem escapar do controle atento dos tiras do DOPS ali postados em permanência, ainda que "disfarçados". Anselmo teria conseguido burlá-los sem nenhum problema? É outro mistério.

Quando soubemos de sua prisão, comentamos muito, no Consulado, que Anselmo, dadas suas responsabilidades como dirigente de um movimento marinheiro, não escaparia vivo das mãos da polícia e do exército. Algumas semanas depois, nova surpresa: Anselmo aparece na televisão comendo uma maçã e afirmando haver sido "bem tratado". A experiência aconselha aqui que se leve em conta o fato de que quem está preso na mão de inimigos, tem de dizer, numa situação destas, aquilo que o inimigo manda. Senão, ao

voltar para uma solitária, o pau pode cantar.

Mais tempo passou. Fins de março e começo de abril de 1966, o "cabo Anselmo" voltava às manchetes dos jornais agora por ter fugido espetacularmente do presídio Lemos de Brito. O "chefe da rebelião dos marinheiros" foge... e é acolhido novamente pela AP. Por algum tempo, gozou da hospedagem de padres dominicanos. O que leva a que se pergunte hoje se esta estadia de Anselmo entre os padres não explicaria, em parte ao menos, a profundidade a que chegou a repressão do SNI nestes meios...

Entre agosto e setembro de 1967, Anselmo foi conduzido a Montevideo. No caminho, colocou-se a possibilidade de um desfecho violento da operação, em caso de que a polícia entrasse em cena. Anselmo reagiu com covardia a esta perspectiva. O que evidentemente surpreendeu muito os companheiros que o conduziam para fora do país.

Nesta época havia uma organização brizolista que nasceu morrendo: o MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário) composto em sua maioria por ex-militares. O "cabo" Anselmo viajou para Cuba para representar este movimento na Conferência da O.L.A.S. em Havana. Ali permaneceria, pois a sua volta ao Brasil estava condicionada às perspectivas do MNR, que declinaram definitivamente com o famoso incidente de Caparaó.

Sentindo-se abandonados por seus líderes instalados no Uruguai, os militantes do MNR que escaparam ao fracasso da tentativa guerrilheira dirigida de fora, passaram a se organizar de forma inteiramente independente. Em 1968, deram origem à organização que veio a se chamar VPR. Durante este processo, Anselmo permaneceu em Havana, esperando que tomasse corpo a nova organização e que pudesse arcar com a responsabilidade de trazê-lo de volta de Cuba para o Brasil.

Com o primeiro sequestro, alguns militantes da VPR liberados em troca do embaixador norte-americano puderam se encontrar com Anselmo em Cuba. Mas neste momento a VPR já se achava dividida, com a fração mais importante do ponto de vista "operativo" sob a direção do companheiro Lamarca, após a prisão e exílio das antigas direções.

Um dos representantes máximos da VPR (que designaremos por "O") contactou Anselmo para prepará-lo para o regresso. Anselmo substituiria Lamarca na direção da nova VPR ou pelo menos participaria da direção. Lamarca recusou-se a aceitar qualquer tarefa que implicasse em abandonar a organização (tinha-lhe sido proposta uma que implicaria em sua saída temporária do país) bem como a aceitar que fosse integrado na direção da organização um militante recém-recrutado que de resto se achava muito distante das condições reais de luta naquele momento.

O martírio de Aluisio Palhano

Nos primeiros dias de agosto de 1970 Anselmo saiu de Cuba para dirigir-se ao Brasil. Junto com ele viajava Aluisio Palhano, ex-advogado, ex-líder dos bancários no Rio e ex-militante do PCB. Refugiado na Embaixada do México quando do golpe de 1964 - como Anselmo - viajou depois para o México e daí para Cuba. Foi em Cuba que se afastou definitivamente do PCB. Quando Anselmo por sua vez aí desembarcou, em 1967, estabeleceu contacto "de amizade" com Palhano. Quando mais tarde chegou a Cuba o já citado militante "O" da VPR, não lhe foi difícil convencer Palhano das novas perspectivas que sua organização oferecia para o avanço do movimento

revolucionário. Ofereceu-lhe possibilidade de retorno ao Brasil, junto com Anselmo. Considerando imprevistos sempre temíveis numa missão desta envergadura e dadas as altas responsabilidades confiadas a Palhano, que incluíam todo o esquema de contactos a ser mantidos dentro do Brasil, decidiu-se que estes contactos seriam micro-filmados em código e introduziram-se, em seguida, os micro-filmes na região lateral da cintura de Palhano, ao nível subcutâneo, através de uma pequena intervenção cirúrgica. Só Anselmo, que viajou junto com Palhano, sabia disso! Assim, no caso de acontecer algo a Anselmo, Palhano poderia assumir a direção da VPR. Lamarca divergindo desta orientação, imposta pelo dirigente "O", havia se afastado da VPR e aderido a outra organização.

Anselmo levava contacto com um dos mais jovens militantes da VPR, Fugimori, militante decidido e valente. Também viajou no esquema de Anselmo um outro ex-marujo, designado pelo pseudônimo de Arariboia que foi morar com o Fugimori. Lamarca, que tinha muita confiança em Fugimori, preferiu no entanto não entrar em qualquer espécie de contacto com o Anselmo.

Subitamente, Palhano é preso. Como se pode saber depois, através dos raros testemunhos de companheiros que cruzaram na prisão com Palhano, este foi detido no aparelho onde residia, e os policiais que vieram buscá-lo já estavam perfeitamente a par de sua identidade. De imediato perguntaram a respeito da mensagem codificada. Palhano insiste em responder que não sabia de que mensagem se tratava. Seus algozes, após algumas horas de "paciência", trouxeram uma faca, mal afiada e abriram o ventre de Palhano na cintura, ali mesmo onde o micro-filme fora introduzido pela intervenção sub-cutânea.

Os torturadores do CODI (para onde Palhano fora levado) nunca chegaram a decifrar o código que o heroico companheiro trouxera incrustado no corpo. Palhano morreu na tortura, após os mais atrozes suplícios, mas não entregou a chave do código. Provavelmente nunca saberemos -a não ser que o facínora Sérgio Fleury, um dos carrascos de Palhano, venha um dia a ser obrigado, pela pressão dos revolucionários, a contar tudo o que sabe sobre os crimes covardes que praticou ou que viu praticar.

Não se pode precisar a data exata da prisão de Palhano. Recentemente, o semanário Movimento publicou uma nota (que reproduzimos mais adiante) indicando o mês de maio de 1971, sendo que acabou sucumbindo à tortura -segundo a mesma fonte- na madrugada do dia 21 de maio. Chama a atenção o fato de que a nota não se refira para nada ao papel do Anselmo. Revela o desconhecimento, em largas camadas da opinião democrática brasileira, da "outra face" do ex-presidente da AMFNB.

Em junho do mesmo ano, provavelmente, um militante da ALN, que também tinha ponto com Anselmo, cai numa emboscada policial no Rio de Janeiro. Além de Anselmo, só outro militante da ALN, que observava a cena de longe, como esquema de segurança, sabia do encontro. E viu, no lugar de Anselmo, aparecer a polícia. O companheiro preso nesta ocasião foi morto pelos torturadores.

Ainda no mesmo período (maio-junho 1971) foi preso o ex-cabo fuzileiro naval Antonio Edgar de Aquino Duarte, também no Rio de Janeiro. Daí o levaram para São Paulo, registrando-o com outro nome na carceragem do DOPS. Foi tragicamente torturado. Deformaram-no fisicamente, levando-o à loucura, depois o assassinaram. Não se sabe do destino de seus restos mortais. Sabe-se somente o nome de seus algozes: Sergio Fleury, o mais degenerado entre os torturadores degenerados e seu "Esquadrão da

DIREITOS HUMANOS

Palhano, Movimento
9-10-78

"sumido"

pelo Codi-SP

"O que ocorreu com Aluisio Palhano a partir do dia 21 de maio de 1971? Esta foi a pergunta que Altino Dantas Jr. ex-vice - presidente da UNE, atualmente preso em São Paulo, dirigiu ao general Rodrigo Otávio Jordão Ramos, ministro do Superior Tribunal Militar.

Na carta, Altino denuncia a prisão e o "desaparecimento" de Aluisio Palhano no DOI-COI de São Paulo, em 1971. Palhano, antigo dirigente sindical e líder bancário, foi presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC) e um dos dirigentes do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1963. Com o golpe militar de 1964, asilou-se em Cuba. Voltou posteriormente ao país e foi preso por volta de maio de 1971, conforme a denúncia dirigida ao general Rodrigo Otávio.

"O que quero relatar", diz Altino em sua carta, "são fatos que envolvem a pessoa de Aluisio Palhano, dirigente do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) e líder dos bancários do Rio de Janeiro, dos quais sou testemunha". Diz Altino que Palhano chegou ao DOI-CODI de São Paulo por volta de 16 de maio de 1971, quando este órgão de repressão do II Exército era comandado pelo major Carlos Alberto de Brilhante Ulstra (que usava o nome de Tibiriçá), sendo subcomandante o major Dalmo José Cyrillo ("major Hermenegildo" ou "Garcia"). Ele foi acareado com Palhano e pôde perceber que ele "estava muito debilitado fisicamente em virtude das torturas a que estava sendo submetido".

"Na noite de 20 para 21 daquele mês", continua a carta, "por volta das 23 horas, ouvi quando o retiraram da cela contígua à minha e o conduziram à sala de torturas, que era separada da cela forte, onde me encontrava, por um pequeno corredor. Podia assim ouvir os gritos do torturado. A sessão de tortura se prolongou até a madrugada do dia 21, provavelmente 3 ou 4 horas da manhã, momento em que se fez silêncio".

"Alguns minutos mais tarde," diz Altino em sua carta, "fui conduzido a essa mesma sala de torturas, que estava suja de sangue mais que de costume. Perante vários torturadores, particularmente excitados naquele dia, ouvi de um deles, conhecido pelo codinome "JC" (cujo verdadeiro nome é Dirceu Gravina), a seguinte afirmação: "Acabamos de matar o seu amigo, agora é sua vez". Denuncia Altino que "desde este dia nunca mais Aluisio Palhano foi visto". Dirigindo-se ao ministro Rodrigo Otávio, o antigo dirigente da UNE pede "providências no sentido de se responder a seguinte questão: o que ocorreu com Aluisio Palhano a partir do dia 21 de maio de 1971? A resposta a esta pergunta é hoje uma exigência da consciência nacional".

Morte", cujos crimes estão gravados indelevelmente na memória de todos os revolucionários dignos deste nome, que desde já denunciam como impostores todos aqueles que, em nome da luta revolucionária, pretenderem negociar "anistias recíprocas" com os gorilas. Foi por não ter conseguido que Edgar trabalhasse para a polícia a que o Esquadrão o assassinou.

Segundo uma pessoa que passou pelo DOPS de São Paulo e cujo nome não estamos autorizados a revelar aqui, Edgar, já destroçado pela tortura, lhe fez chegar a seguinte mensagem: "Estou aqui, registrado pela polícia com um nome falso e sou o ex-cabo fuzileiro Antônio Edgar de Aquino Duarte. Sei que vão me assassinar... Diga lá fora que o Anselmo está trabalhando para a polícia".

Edgar havia pertencido à direção da Associação de Marinheiros e em 1964, após o golpe, seguiu asilado para Cuba. Regressou ao Brasil em 1966 para atuar na clandestinidade. Desligou-se, por divergência, do Movimento Nacionalista Revolucionário, dirigido pelo então líder radical Leonel Brizola. Ficou semi-clandestino. Anselmo chegando de Cuba, foi procurá-lo. Criticou Edgar por ter "abandonado a Revolução". Sensível a estas críticas, Edgar resolveu voltar à ação revolucionária... pelas mãos de Anselmo.

Em julho de 1971, mais dois revolucionários de peso são sacrificados pelo trabalho metódico de Anselmo. Foram emboscados num carro Fugimori e um ex-marinheiro que tinha vindo de Cuba, o cognominado Arariboi, ao qual já nos referimos. Segundo a polícia e os jornais da época, o homem que portava o nome Arariboi foi morto ao resistir à polícia e o "terrorista" Fugimori, gravemente ferido à balas, teria morrido logo em seguida. De fato, sabemos que morreu na tortura.

O ex-sargento Raimundo, da Marinha, dirigente da VPR, foi morto quando transitava, de carro, pelas ruas de São Paulo. Muitos outros militantes foram, naquele momento, surpreendidos e mortos. Todos revolucionários procuradíssimos. Todos mantendo contacto estreito com Anselmo desde que este voltou de Cuba. Todos "misteriosamente" descobertos pela polícia.

Nos primeiros dias de 1971, conversando com um parente em 3º grau de um militante da VPR, pessoa de orientação religiosa e reacionária, que ignorava quem era o cabo Anselmo (este evidentemente circulava com um nome falso), este dizia estar arrependido de se ter metido em política.

(continua)

Atitude que lembra a do Hermes, jovem de 18 anos que tinha sido recrutado de forma irresponsável e precipitada pela VPR. Frente ao perigo, manifestou certa covardia. Em conversa informal com uma companheira, às vésperas de uma operação importante, disse: "depois desta ação acho que me desligarei desse negócio". A companheira colocou o problema à organização, mas ninguém deu atenção ao fato naquele momento. Foi no curso desta ação que Hermes, preso com três outros companheiros, entregou tudo e passou para o lado da polícia como informante. Hoje, dez anos depois, trabalha num jornaleco de bairro em Araçatuba, fazendo pregação anti-comunista para a juventude.

Outro aspecto do comportamento de Anselmo é que não mantinha discrição na sua vida clandestina, esbanjando dinheiro de forma visível. No começo do segundo semestre de 1971, estava construindo uma casa de luxo em Osasco. Estupidez, imprudência ou descaramento? Evidentemente, era o dinheiro da Revolução que estava sendo investido nesta casa. Não é o único caso de malversação de fundos da VPR, infelizmente.

O traidor denunciado

Depois do assassinato de Fugimori e de Arariboi, Anselmo afastou-se do ciclo de relacionamento que mantinha com pessoas que embora não fossem militantes, eram parentes de militantes ou ex-militantes da VPR. A primeira denuncia formal de que ele teria se tornado um agente da polícia foi feita pela ALN, que enviou a Cuba um militante com um relatório informando os dirigentes da VPR e da ALN dos diferentes indícios que pesavam contra o ex-presidente da AMFNB. As "quedas misteriosas" de dirigentes de diversas organizações que tinham entrado em contacto com Anselmo foram expostas com detalhes neste relatório. Mas não se deu a devida atenção ao problema.

É que neste momento a sigla VPR era disputada por dois grupos já praticamente rompidos, tanto dentro quanto fora do país. Um deles era acaudilhado pelo militante "A", o qual, auxiliado por um de seus seguidores, que chamaremos de "Jp", interceptou o relatório destinado à ALN. O outro grupo, acaudilhado por "D", teve de contentar-se com especulações a respeito do relatório a partir de informações que transpiraram em batapapos de cozinha. Em resumo: a primeira denúncia ficou sem efeito, já que o grupo liderado por "A" resolveu segurar os relatórios e "fechar" o assunto.

Neste período -digamos, fins de 1971- se situa também a pretensa prisão de Anselmo. Não sabemos exatamente qual pode ter sido o significado do episódio. O fato é que uma noite ele apareceu, cercado de policiais e descendo dum carro de polícia, perto da casa de uma pessoa, já mencionada, que mantinha relações de amizade com ele e que tinha estreitos laços de parentesco com um militante da VPR no exílio. Anselmo, acompanhado pelos policiais, deu alguns passos até em frente da casa. Logo regressou para diante da perua onde o fizeram entrar com alguns empurrões. Depois deste episódio, não mais apareceu neste círculo de relacionamento que tinha frequentado desde sua volta ao Brasil, e que era composto de parentes de militantes da VPR.

A pessoa que morava nesta casa, impressionada pelo incidente, resolveu viajar até Santiago, onde seu marido estava exilado, para lhe comunicar o fato. O seu depoimento foi comunicado ao dirigente "O", que não somente não deu encaminhamento prático nenhum à denúncia, como inclusive comu-

nicou-se telefonicamente desde Santiago com Anselmo, que estava "agindo" no Nordeste! Isto nos fins do 1º semestre de 1972. É bem verdade que a única testemunha que tinha diretamente presenciado a transformação de Anselmo em policial, o heroico companheiro cabo fuzileiro naval Edgar de Aquino Duarte, mutilado e assassinado pelo Esquadrão da Morte, provavelmente perdeu a vida porque, sabendo da traição de Anselmo, ou traía também, ou seria eliminado. Preferiu morrer em condições atroz.

E aqui cabe a grave pergunta: "O" já tinha neste momento elementos suficientes para tomar uma atitude. Porque não toma? Entre junho e julho de 1972 Anselmo viaja para Santiago de surpresa. Foi conferenciar com "O". Assunto: deslocamento de companheiros para uma área do Nordeste onde a VPR estava se reorganizando. Deste encontro ficou combinada a ida do grupo que seria todo massacrado pela repressão ditatorial. Foi aliás o próprio Anselmo que já levou pronta uma lista de companheiros, então exilados no Chile, que deveriam voltar clandestinamente ao Brasil para se integrar na VPR. Alguns destes companheiros faziam parte dos "70" libertados em troca do embaixador suíço. "O" contentou-se, no referente às suspeitas levantadas contra Anselmo de vários lados, de lhe perguntar que história era essa de que ele teria sido preso no Brasil. Anselmo respondeu-lhe "se eu tivesse sido preso, não estaria aqui". Por aí parou a "investigação" feita por "O" sobre este assunto.

Anselmo volta ao Brasil e se instala no Nordeste para receber o grupo dito "primavera" porque partiu do Chile na primavera de 1972. Montou o "esquema" -essencialmente em Pernambuco- e foi acolhendo, um a um, os integrantes desta expedição que teria fim tão trágico. Estes companheiros não ignoravam os boatos que corriam a respeito de Anselmo. Mas não conheciam o relatório da ALN nem outros feitos depois sobre a eventual traição. Em parte, achavam que havia uma certa onda contra Anselmo provocada pela facção da VPR oposta ao militante "O", ao qual Anselmo estava ligado. Isto é, embora desconfiando deste, não afastavam a hipótese de que tudo fosse "intriga da oposição", num processo de luta interna na base do vale tudo, como de resto tinham sido todos os processos de luta interna dentro do movimento de luta armada.

Dentro do grupo, alguns companheiros estavam dispostos a levantar o problema. Mas a levantá-lo na frente de Anselmo. Método infantil para solucionar, nas condições da mais dura ação clandestina, problema desta natureza!

A cena do revólver

Um belo dia, encostam Anselmo na parede. Exigem esclarecimento total do assunto e questionam sua postura revolucionária. Mal sabiam que com esta exigência estavam assinando suas próprias sentenças de morte!

De imediato, Anselmo reagiu com grande habilidade e audácia. Dentro da instabilidade emocional característica de sua personalidade, era dotado de grande perspicácia, malícia e experiência. Num gesto atrevido e quem sabe, arriscado, tirou um revólver da cinta, colocou-o sobre a mesa e disse, em síntese, que todas as perguntas que lhe estavam fazendo sobre as mortes e quedas eram na realidade uma acusação. E se estavam convencidos de que ele era um traidor, então que o justicassem. Lance teatral inesperado que exerceu forte impacto psicológico sobre os companheiros, desarmando-os moralmente. Ficaram todos perplexos, perdendo a iniciativa. Isto se passou numa casa em Olinda. Um tiro bastaria para chamar a atenção da polícia... se é que esta não estava já vigiando a reunião.

(continua)

AS MULHERES NO SINDICATO

natália prado

A realização do I Congresso da Mulher Metalúrgica, patrocinado pelo combativo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, foi um fato inédito no movimento sindical brasileiro. Pela primeira vez, mulheres trabalhadoras reunem-se num sindicato para discutir e denunciar as duras condições de trabalho que lhes são impostas nas fábricas.

A partir desta iniciativa, a participação das mulheres na vida sindical passou a ser amplamente discutida. Diversos setores das oposições sindicais de São Paulo, Rio e Minas incluíram em seus programas reivindicações relacionadas às condições de trabalho das mulheres, visando atrair as mesmas para a luta sindical. Duas mulheres fizeram parte da chapa 3 de oposição dos metalúrgicos de São Paulo. O presidente dos metalúrgicos de São Bernardo (Lula) dizia durante o Congresso que poderiam surgir "dez mulheres para disputar a direção do Sindicato". (1) Na verdade não "surgiu" nenhuma... E este sindicato não foge à regra. Noventa por cento dos quadros sindicais brasileiros são homens, mesmo nos setores onde a mão-de-obra é majoritariamente feminina, como nos têxteis.

No entanto, o apelo para que as mulheres participem do movimento sindical não é novo no Brasil. Desde o início no século, os anarco-sindicalistas, lutavam para que as mulheres participassem dos sindicatos. O 1º Congresso Operário Brasileiro realizado em 1903, sob influência anarquista, convidava as mulheres a entrarem nos sindicatos, "abolindo assim a concorrência que é insuflada pela burguesia" (2). Nesse período foi intensa a participação e a combatividade das mulheres trabalhadoras sobre tudo durante as greves. Ao lado dos homens elas lutavam por melhores condições de vida e de trabalho.

Discriminação sexual

Devido à influência anarquista o movimento operário brasileiro não rejeitava totalmente o trabalho feminino, contrariamente ao que acontecia na mesma época em certos países europeus. Na França por exemplo, entre 1890 e 1908 realizaram-se 56 greves de homens pedindo o despedimento das operárias (*). No Brasil as contradições colocadas pelo emprego da mão de obra feminina não adquiriram um caráter de antagonismo frontal. Os anarco-sindicalistas criticavam o sistema educativo, a Igreja, a família burguesa, pregando a igualdade dos sexos. Mesmo o direito à limitação da natalidade tinha acolhida favorável entre eles, traduzindo-se pela divulgação de folhetos vindos da Europa do gênero da "Greve dos Ventres".

(*) Neste período o movimento francês é principalmente influenciado pelas teorias prudonianas. Proudhon é conhecido por sua misoginia e reacionarismo no que concerne a mulher.

No decorrer de toda a 1ª República, as greves operárias se faziam sempre em torno das mesmas reivindicações: salários melhores, diminuição da jornada de trabalho para 8 horas, abolição das multas, substituição de mestres, regulamentação do trabalho das mulheres e crianças.

As greves pela substituição de mestres, muitas vezes estavam relacionadas com a tirania que exerciam, em particular junto às mulheres e crianças, comportando-se em alguns casos como verdadeiros capatazes. Além da exploração de sua força de trabalho as mulheres sofriam uma forte opressão sexual: em agosto de 1903, por exemplo, os operários das fábricas Aliança e Cruzeiro no Rio, deflagraram a primeira grande greve têxtil da cidade porque uma operária, ao voltar da maternidade, foi despedida pelo mestre com que tivera o filho (3).

Passados tres quartos de século esta situação pouco se alterou e foi motivo de várias denúncias no Congresso das Metalúrgicas. "As operárias são constantemente 'cantadas' pelos chefes. Estes chegam até a usar de ameaças em função de seu intento". As declarações da oposição sindical dos Metalúrgicos de São Paulo vão no mesmo sentido. Nas fábricas a mulher "tem que aguentar a cantada do chefe, ela é tudo, amante, escrava e informante. Em certas fábricas, por exemplo, eles prostituem a mulher. Se ela vai na cantada é promovida..." A opressão sexual serve também para dividir os trabalhadores, humilhando as mulheres: "Não. Humilhação é demais. Como lá na Metagal. Os vestiários das mulheres são trancados. Acontece que a gente está na seção e de repente acontece alguma coisa inesperada (menstruação). Chega lá no vestiário, já tem que procurar a faxineira para ver se ela abre a porta. Daí a pouco o chefe está atrás de você. E na seção, quer saber porque você saiu, aonde foi, porquê. A gente explica, ele se faz de desentendido. A gente fala direitinho o que foi, ele se faz de surdo. Na seção tem homens também. E a gente tem que dizer muito claro e muito alto que foi no vestiário porque a menstruação veio". (4)

Igualdade Salarial

No início do século, a luta pela regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores concentrava-se em torno da proibição do trabalho noturno e da limitação das horas de trabalho. Estas reivindicações que apareciam em quase todas as greves, foram 'conquistadas' em 1919, com o Código Sanitário (lei nº 1596). Foi a partir daí que começou a ganhar mais destaque a reivindicação 'equiparação dos salários femininos e masculinos'.

Esta reivindicação não era apenas a defesa de um princípio humanitário mas respondia também uma necessidade imediata: a autodefesa dos salários masculinos que com a aplicação deste princípio seriam menos ameaçados pela concorrência feminina. As mulheres e crianças empregadas na indústria eram vistas como responsáveis pelo desemprego: "Uma indústria trabalhando fundamentalmente com moças e menores e conservando na desocupação, no regime doloroso do salário baixo, pobres operários adultos com mulher e filhos" (6). Em 1917 é convocada no Rio, uma Assembléia da União dos Operários em Fábricas de Tecidos para discutir a situação de uma fábrica onde os tecelões estavam sendo gradativamente substituídos por mulheres. Ao se insurgir contra essa situação um operário diz o seguinte: "Nós não devemos ensinar (o trabalho) a essas mulheres que amanhã nos virão a substituir, mas devemos fazer-lhes compreender que o seu lugar é em

casa, a tratar e educar seus filhos (...); oxalá que elas saibam compreender seu papel de educadoras daqueles que amanhã serão os nossos substitutos na luta do pão e na conquista do bem-estar da humanidade, pois, assim demonstrarão à sociedade serem as verdadeiras rainhas do lar; o papel de uma mãe não consiste em abandonar seus filhos em casa e ir para a fábrica trabalhar, pois tal abandono origina muitas consequências lamentáveis quando melhor seria que somente o homem procurasse produzir de forma a prover as necessidades do lar" (7)

Evidentemente a tentativa de 'limitar' o trabalho feminino não é apanágio do movimento operário brasileiro. O movimento sindical francês só reconheceu recentemente o trabalho feminino e a participação das mulheres nos sindicatos. Considerava-se que uma mulher normal, só deveria trabalhar se fosse solteira, viúva ou se por infelicidade seu marido não ganhasse o suficiente para 'sustentar' a família. Há apenas 10 anos em algumas empresas francesas as mulheres eram despedidas seis meses depois do casamento. A luta pelo direito das mulheres ao trabalho encontrou reticências inclusive nos meios sindicais. *"Pode-se dizer que foi só a partir do Congresso de 1974 que a C.F.D.T. se pronunciou claramente pelo trabalho da mulher. Antes, sua posição era ambígua"*. (8)
No Brasil esta ambiguidade persiste ...

A Rainha do lar nas fábricas

Durante o Congresso das Metalúrgicas, quando falava da participação da mulher na vida sindical, Lula afirmou que *"submetida à exploração de forma até mais agressiva que o homem é ela parte de um todo, que necessita ser transformado em uma força atuante e consciente para que possamos exigir tudo aquilo que nos é devido pelo real valor do nosso trabalho". É participando do movimento sindical "que a mulher poderá desenvolver um extraordinário papel de incentivadora do esposo, dos filhos e da futura geração de trabalhadores"* (9).

Sim, a mulher trabalhadora faz parte de um "todo". Enquanto trabalhadora a mulher se identifica com a luta sindical ao mesmo título que os demais trabalhadores. Assim, reivindicações tais como liberdade sindical, direito de greve, melhores condições de trabalho, etc,... dizem respeito tanto aos homens quanto às mulheres. Porém, a situação da mulher na sociedade e no trabalho comporta certas particularidades. De fato ela é "submetida à exploração de forma até mais agressiva que o homem". Se de um lado o desenvolvimento do capitalismo cria as condições para uma equiparação da força de trabalho masculina e feminina (na medida em que a introdução da maquinaria no processo produtivo torna cada vez mais supérflua a força muscular, e que as mulheres passam a trabalhar e produzir como os homens) de outro, ele necessita manter a inferioridade do trabalho feminino para poder super-explorar essa mão de obra. Assim, a inferiorização histórica da força de trabalho feminina torna-se uma necessidade para o capitalismo pois lhe permite: - pagar um salário inferior ao salário masculino por um mesmo trabalho, diminuindo assim o salário médio; - valer-se da concorrência para abaixar o salário masculino.

Donde a importância de todo o aparato ideológico que reforça a imagem da mulher "esposa-mãe", visando manter as trabalhadoras como um imenso exército de reserva, mobilizável em maior ou menor escala segundo as necessidades conjunturais. Nos momentos de crise as mulheres são as primeiras a serem despedidas. A apologia da "rainha do lar" que apresenta o trabalho

da mulher como uma passagem, um "acidente" em sua vida (o que eu quero é casar e parar de trabalhar) desempenha nestes momentos sua real função: enfraquecer a capacidade de resistência da classe operária na luta pelo direito ao trabalho. As recentes declarações do episcopado francês são um ótimo exemplo. Diante da atual crise de desemprego os bispos resolveram lançar um apelo para que as mulheres casadas renunciem a seus empregos. (10)

Estes rápidos comentários nos permitem ver a importância de compreender a posição da mulher trabalhadora na sociedade capitalista. Se de um lado ela é explorada em geral enquanto "trabalhador", de outro ela é submetida a uma exploração suplementar enquanto "mulher trabalhadora" (salários inferiores para um mesmo trabalho) e a outras discriminações que visam fazer da mulher um "trabalhador a parte".

Não é correto afirmar, como fez Luis Inácio, no Congresso das Metalúrgicas, que não há diferenças entre trabalhadores homens e mulheres. É somente a partir de uma justa compreensão destas diferenças que poderemos encaminhar a questão da participação das mulheres no trabalho e na luta sindical. No melhor dos casos esta "política de avestruz", ignora a situação particular da mulher, contribuindo para reforçar a posição da burguesia. É esta que empurra as mulheres para o mercado de trabalho, tentando ao mesmo tempo mantê-las como as "rainhas do lar" cuja principal vocação é a de serem as educadoras da futura geração!

Criticar o paternalismo

"Quando o Sindicato pensou na realização de um encontro específico de operárias metalúrgicas (...) já era sua preocupação não confundir-lo com o movimento feminista. Este, como todos sabem, existe hoje no mundo inteiro e seu objetivo é equiparar a mulher ao homem em questões relacionadas com a discriminação do sexo. Nós pretendíamos que o Congresso não tivesse colaboração dessa espécie: que fosse apenas uma iniciativa para integrar a mulher ao movimento trabalhista, reforçando a luta dos companheiros homens. (...) O objetivo previsto foi plenamente alcançado: as delegadas ao certame, através da sua maneira simples e ingênua de ver as coisas, tão somente revelaram o desejo de integrar-se à luta dos homens". (11)

No afã de combater as feministas, os companheiros organizadores do Congresso parecem ignorar que a mulher trabalhadora sofre, além da exploração de classe, uma opressão peculiar, a discriminação ligada ao sexo. Mas o feitiço virou contra o feiticeiro. As metalúrgicas demonstraram ser bastante "feministas" (segundo a definição dos companheiros) ao denunciarem e ao mostrarem-se decididas a combater as injustiças que sofrem pelo fato de serem mulheres: - salários inferiores aos dos homens pelo mesmo trabalho; discriminação das mulheres casadas; despedimentos abusivos por motivo de gravidez; abusos sexuais das chefias; dupla jornada de trabalho; falta de creches e equipamentos coletivos.

Mas não se trata apenas de uma incompreensão sobre o feminismo. O mais grave é que esta visão revela o paternalismo que existe, mesmo nos sindicatos os mais combativos, quanto à participação das mulheres nas lutas. Esse paternalismo vai desde o "deixa pra lá minha filha, isso é coisa de homem", passando pelos mais "vacilantes" que acham que as mulheres são um "reforço", um "complemento" à luta dos homens... Nos

dois casos, em nome da "ingenuidade", da "simplicidade" das mulheres, o que se nega é seu papel na luta.

Mesmo as oposições sindicais não escapam deste paternalismo quando se trata das mulheres. A Chapa 3 que concorreu às eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo formula da seguinte forma a reivindicação das creches: "*Lutaremos para resolver o problema das creches das companheiras que trabalham*" (!) (12). Não se trata sequer de discutir se a creche é uma reivindicação exclusiva das mulheres, ou se os homens também são responsáveis pelas crianças. O paternalismo desta formulação está no fato de excluir da luta as próprias interessadas: lutaremos para resolver o problema delas!

Uma das consequências dessa mania de tratar a participação das mulheres como complementar ou auxiliar é que seus problemas específicos passam a ser secundários, insignificantes. A 'luta geral' é a principal; o resto tem pouca importância. As reivindicações particulares das trabalhadoras são desta forma sempre deixadas de lado, postergadas para um depois que nunca chega.

A chapa única do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, não apresenta nenhuma reivindicação que diga respeito aos problemas específicos da mulher metalúrgica. Problemas estes que foram abundantemente denunciados no Congresso das Metalúrgicas organizado pelo próprio Sindicato alguns meses antes. Talvez o Lula estivesse falando a sério quando disse que aquele era o primeiro e último Congresso de mulheres e que ainda se poderiam realizar duas ou três reuniões mas que "*depois esqueceremos o problema de mulheres*" ... ! (13).

Entretanto, e apesar de todo o paternalismo reinante, o Congresso foi uma demonstração da disposição de luta das trabalhadoras. Não faltaram manifestações desta combatividade: "*Se alguém faz uma coisa errada, todo mundo diz 'Pode ver que é mulher'. Então vamos mostrar que não somos nada disso ...*"

'Departamento Feminino? Bacana viu!'

A participação das mulheres trabalhadoras na vida sindical é inexpressiva, inclusive nos setores e nos sindicatos mais combativos. Nas assembleias pela reposição salarial realizadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, dentre os 5000 metalúrgicos presentes, havia 5 mulheres ! Elas são 15000 metalúrgicas das quais 2000 sindicalizadas.

Reunidas no seu Congresso, organizado pouco depois, elas falaram sobre as dificuldades desta participação: as mulheres que frequentam o sindicato são logo 'mal-faladas'; medo dos pais, maridos e noivos que acham que isto é coisa de homem; pressão das chefias que ameaçam despedir; dificuldade de se fazer ouvir pelos homens no sindicato; falta de tempo depois do trabalho etc... Mas o fato mais significativo é que a este conclave compareceram 300 metalúrgicas, malgrado as inúmeras pressões e manobras por parte das indústrias da região. Ou seja, as trabalhadoras responderam favoravelmente quando o Sindicato propôs algo dirigido especialmente a elas.

E neste contexto que tem sido avançada a proposta de um Departamento Feminino nos sindicatos. Um meio de mobilizar as mulheres aumentando sua participação e um meio de encaminhar suas reivindicações específicas.

A chapa 2 dos Metalúrgicos do Rio - empossada em março de 1978- propõe a "Criação de um Departamento Feminino, incentivando a participação da mulher metalúrgica na vida sindical, para discussão e encaminhamento de seus problemas específicos" (12) A formulação é no mínimo ambígua pois limita a participação das mulheres ao encaminhamento de suas reivindicações específicas sem abordar os outros aspectos desta participação. Já a chapa 2 dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, precisa melhor sua posição, Além do encaminhamento das reivindicações específicas, eles acrescentam outros pontos que dão uma dimensão mais ampla à participação das mulheres no sindicato (12): "pela integração da mulher metalúrgica na luta sindical; pela mobilização da mulher metalúrgica para a luta comum da classe.

Porém em nenhum dos casos, fica clara qual é a posição do Departamento Feminino no Sindicato. Ou seja, como ele se situa na estrutura sindical? Qual é o seu poder de decisão? Ele tem independência para encaminhar as lutas pelas reivindicações específicas? Para compreender a importância destas questões bastará lembrar que o Departamento Feminino não surge da luta das próprias trabalhadoras. Longe de ser uma exigência, uma consequência da luta das mulheres, ele se origina, pelo contrario, na constatação da desmobilização das mulheres trabalhadoras.

O Departamento Feminino deverá mobilizar as mulheres para a luta comum da classe. Mas se as reivindicações específicas das mulheres forem excluídas desta luta, o Departamento Feminino poderá se tornar um fator de isolamento da mulher dentro dos sindicatos. E quando se falar em reivindicações específicas das mulheres arrisca-se ouvir: "Ah! ... coisa de mulher vocês discutem no Departamento Feminino"... A questão que se coloca, portanto, é a de saber como o sindicato como um todo assumirá estas reivindicações. Sem dúvida, o grau de participação e de mobilização das mulheres no Departamento Feminino, é que levará o conjunto do sindicato a reconhecer sua importância. Mas isto não basta. É preciso que as trabalhadoras além de participar e fortalecer o Departamento Feminino, participem da estrutura sindical em seu conjunto, fazendo parte das chapas eleitorais, sendo eleitas pelos trabalhadores, ocupando postos de responsabilidade, etc... É desta forma que as discussões, a conscientização de seus problemas, as reivindicações formuladas pelo Departamento Feminino, poderão ser levadas ao conjunto do sindicato. O Departamento Feminino não deve se transformar num apêndice, num 'mini sindicato' só para mulheres, mas sim num instrumento para que as mulheres adquiram força no sindicato.

Ao lutar para aumentar sua participação na vida sindical, as mulheres enfrentam pelo menos dois problemas. De um lado a oposição dos patrões que aproveitando-se do baixo nível de consciência das mulheres e utilizando-se das características determinadas pela interiorização de sua pressão na sociedade, tentam dividi-las e afasta-las dos sindicatos(*).

(*) Um exemplo magnífico desta tentativa nos é dado pelo patronato frances que numa circular dirigida às chefias de uma grande empresa nacionalizada, fala das trabalhadoras nos seguintes termos:
"O operário se liga a sua máquina, a operária ao seu chefe; as operárias preferem o favoritismo; o homem julga com a cabeça, a mulher com o coração".

De outro há os preconceitos que os próprios trabalhadores alimentam com relação às mulheres, menosprezando sua capacidade de mobilização e seu potencial de luta. É o que aconteceu, por exemplo, na Villares em Santo Amaro. Em novembro 1978, 3400 operários juntaram-se no pátio da fábrica a fim de desmascarar as tentativas da direção em dividi-los e *"as mulheres para surpresa dos homens estavam em massa"* (Movimento nº175)

Por isto, não basta criar um Departamento Feminino dentro do sindicato batalhando para aumentar a participação das mulheres. É preciso lutar contra os preconceitos em todos os níveis, para conquistar uma posição de força dentro dos sindicatos.

Evidentemente, esta luta tem melhores possibilidades de se desenvolver nos meios sindicais mais combativos. Nestes setores os trabalhadores são mais sensíveis aos problemas da mulher, e em muitos casos já tem consciência da necessidade das mulheres se organizarem para resolver seus problemas. A Oposição Sindical dos Transportes, por exemplo, afirma que *"A luta da mulher é a mesma que a dos homens, é a mesma para se libertar, mas a mulher tem lutas próprias (...)* Neste sentido é responsabilidade da mulher se libertar, se organizando para isto. É fundamental que a mulher convoque a mulher, o que não impede que o homem também o faça"(14). Outro exemplo de lucidez, nos é dado pela Oposição dos Gráficos: *"A vanguarda das lutas específicas das mulheres é das próprias mulheres (...)* Assim como as mulheres devem trazer as mulheres para a luta, também devem discutir com os homens, dando-lhes consciência dos seus problemas específicos" (14)

Nas fábricas

A constatação de que a participação das mulheres trabalhadoras na vida sindical é inexpressiva dá-se em dois níveis. Primeiramente as mulheres sindicalizadas quase não participam das atividades sindicais. Segundo a taxa de sindicalização feminina é baixíssima.

Porém não se deve inferir a partir disto que as trabalhadoras são pouco combativas ou que elas não participam das lutas da classe operária. *"Ao contrario da idéia geral as operárias demonstraram que também sabem lutar por um salário digno e que sabem o que querem"*. Foi nestes termos que o semanário Em Tempo comentou a greve da Philco (SP) onde trabalham 8500 operários dos quais 7000 mulheres.

Faltam dados para analisar a participação das mulheres nos últimos movimentos grevistas. A imprensa ignorou esta questão. Os comentários são para assinalar num tom de 'surpresa' que em tal ou tal fábrica as mulheres foram ativas nas greves ... É significativo que não se possa sequer saber se nas comissões de negociação eleitas durante as greves havia ou não mulheres. Na Philco, por exemplo, a comissão era formada por 60 representantes... quantas mulheres? Silêncio também sobre as reivindicações específicas. Nas longas entrevistas feitas com dirigentes das oposições sindicais, nenhuma pergunta sobre as mulheres.

O que se pode dizer é que se as mulheres participam pouco a nível dos sindicatos (e oposições), elas não deixam de ser ativas dentro das fábricas. Assim, ao mesmo tempo em que se discute a criação de departamentos femininos nos sindicatos, deve-se pensar nas possíveis modalidades de organização das mulheres nas fábricas, sejam elas sindicalizadas ou não.

Evidentemente, seria absurdo ter a pretensão de "inventar" novas formas de organização no lugar das trabalhadoras. Tão somente pretendemos afirmar a importância de que as mulheres se reunam nos seus locais de trabalho para discutir, descobrir e denunciar a opressão que lhes é imposta. É somente a partir desse trabalho de organização e de conscientização que elas poderão pressionar os sindicatos e as oposições sindicais a encaminhar concretamente suas reivindicações mais sentidas, não como um assunto à margem mas como parte da luta geral da classe operária.

Cabe às mulheres trabalhadoras exigir que as reivindicações avançadas nos momentos eleitorais sejam transformadas numa prática cotidiana dentro das fábricas. Nesse sentido é legítimo se perguntar se o encaminhamento dado pelas oposições sindicais e pelos sindicatos mais combativos às reivindicações específicas que eles próprios avançaram durante as eleições (salário igual para trabalho igual, creches, contra abusos das chefias, etc.) tem correspondido aos anseios e às expectativas das principais interessadas. Será que estas questões foram abordadas durante as greves e durante as negociações que se seguiram? Ou tudo isto é "secundário" diante da importância dos objetivos gerais das greves...?

Mais do que nunca a afirmação da oposição sindical dos gráficos merece ser lembrada: *"A vanguarda das lutas específicas das mulheres é das próprias mulheres."* Cabe a elas portanto se organizar para transformar suas reivindicações de simples palavras em lutas concretas, em ações, mobilizando assim um número cada vez maior de trabalhadoras para a luta. É desta luta que surgirá a real unidade da classe operária. Uma unidade que não esteja baseada no silêncio das mulheres trabalhadoras, mas sim em sua participação ativa.

Feminismo

A opressão específica que sofrem as mulheres trabalhadoras está inserida num quadro mais geral da situação das mulheres na sociedade brasileira. A luta das mulheres no movimento sindical não pode, portanto, ser separada da luta contra a opressão da mulher em geral. Ela é parte integrante do movimento feminista. Não se trata de negar nenhuma especificidade à atuação das sindicalistas, buscando fazer um apressado amálgama. Trata-se sim de compreender que a luta contra a opressão das mulheres é um todo, mesmo quando desenvolvida através das mais variadas formas de organização e no interior das mais diversas instituições. Na defesa de seus interesses trabalhistas específicos as mulheres organizadas em seus locais de trabalho e em seus sindicatos encontram um reforço e um respaldo no movimento feminista. Por mais incipiente e pouco organizado que ele esteja, sua contribuição para a formação de uma opinião favorável aos interesses das mulheres já tem que ser levada em conta. Ele já marca uma presença e influencia muitas áreas do movimento popular. A atuação das feministas nos jornais "Brasil Mulher" e "Nós Mulheres", nas associações de mulheres, nos diversos encontros de mulheres constitui um primeiro passo que abre muito caminho para o desenvolvimento das lutas concretas. O movimento sindical não escapa a essa influência que age no sentido de favorecer a atuação das associadas mais combativas.

Um reflexo do papel positivo que o movimento feminista já vem desempenhando é a publicação da CARTA DOS DIREITOS DA MULHER. Em seu capítulo referente ao Trabalho ela inclui os seguintes pontos (15) :

Igualdade e direito ao trabalho:

- Reconhecimento, garantia e aplicação efetiva do direito da mulher ao trabalho;
- Acesso a todos os empregos sem qualquer discriminação pelo fato de ser mulher, estar grávida, por idade ou estado civil;
- Para trabalho igual, salário igual;
- Efetiva extensão de todos os benefícios trabalhistas a todas as categorias de trabalhadores, especialmente às empregadas domésticas e trabalhadoras rurais que constituem a maior parte da mão de obra feminina ativa;
- Contra a dispensa sem justa causa da mulher que se casa ou engravida;
- Garantia de estabilidade de emprego para as gestantes e lactantes, até noventa dias após o término da licença maternidade;
- Criação de lactários, berçários e creches em período integral(..)
- Dispensa remunerada do homem e da mulher, em caso de doença dos filhos

Condições de trabalho:

- Restaurantes nas empresas, com fornecimento de refeições fortes e saudáveis;
- Sanitários nas empresas, adaptados à mulher;
- Contra os abusos da chefia, mais graves com relação à mulher;
- Reconhecimento como acidente de trabalho das doenças psíquicas, consequência do ritmo intenso de trabalho, falta de descanso e más condições de trabalho;
- Contra o trabalho noturno para homens e mulheres, salvo em atividades necessárias, definidas com ampla participação dos trabalhadores e trabalhadoras;
- Contra a obrigatoriedade das horas extras para ambos os sexos;
- Que o homem possa ser considerado dependente da mulher para fins previdenciários sem obrigatoriamente ser considerado inválido e inapto para o trabalho;
- No período de gestação e menstruação - assistência médica e condições de higiene compatíveis; possibilidade da gestante desempenhar função diferente da contratual, desde que a pedido seu e por recomendação médica;
- Fiscalização das condições de trabalho, feita por uma ou mais mulheres eleitas por departamento ou seção de trabalho, com estabilidade de emprego durante o mandato, como forma de garantir o cumprimento das leis referentes ao trabalho da mulher;
- Ampla participação de trabalhadores e trabalhadoras nas mudanças referentes às relações trabalhistas definidas na CLT

NOTAS: (1) Diário Popular, 22/1/78; (2) Edgar Carone, "A Velha República", p.204; (3) Boris Fausto, "Trabalho Urbano e Conflito Social", p.115; (4) Movimento nº 135; (6) in P.Beiguelman, "Os Companheiros de S.Paulo", (7) idem (8) Entrevista inédita de Michelle Languille (CFDT). Ver tb.: Madeleine Colin, "Ce n'est pas d'aujourd'hui", e 6ª Conferência da CGT, "Les Questions qui font bouger"; (9) Tribuna Metalúrgica, fev.78, artigo de Paulo Vidal Neto (grifos nossos); (10) Le Monde, 19/1/78; (11) Tribuna Metalúrgica, (grifos nossos); (12) Centro de Estudos Noel Nutels, "Falamos Operários"; (13) Gravação do Congresso das Metalúrgicas; (14) Brasil Mulher nº 12; (15) Semana da Mulher, UNICAMP, 1978.

EQUIVOCOS DO POLITICISMO DE ESQUERDA

j. sotam onen

O artigo de Neno Matos, publicado no nº 30 de DEBATE, analisa criticamente um documento intitulado "Nossas tarefas no movimento operário", publicado por uma organização política que atua no movimento sindical brasileiro e que comete, ao que parece, "equivocos obreiristas de direita".

Este documento, segundo N.M., apresenta o interesse de reunir "de maneira sistemática algumas das concepções errôneas que ainda hoje têm um grande peso no nosso movimento sindical" (p.28). Ora, o artigo de N.M., por sua vez, apresenta o sugestivo interesse de reunir de maneira sistemática algumas das "concepções errôneas" que ainda hoje têm um grande peso no nosso movimento político.

Precisando melhor: estas "concepções errôneas" consistem numa forma de esquematismo que tem impedido a esquerda brasileira, primeiro, de compreender a nossa realidade em toda a sua complexidade, incluída aqui inclusive a necessidade de sua transformação radical, e, segundo, de formular um projeto de inserção nesta realidade de maneira a constituir-se num elemento estimulante de sua transformação estrutural de modo tal que venham a ser suprimidas, neste processo, a exploração econômica e a opressão política.

As concepções de sindicato e de política que o artigo de N.M. veicula e, conseqüentemente, suas concepções de luta sindical e luta política, são exemplos privilegiados deste raciocínio esquemático que, como veremos, apesar de se propor a fazer da transformação revolucionária da sociedade sua razão de ser, termina sendo, é o que este artigo vai procurar demonstrar, uma certa limitação a esta transformação.

1- Concepção de luta econômica

Sindicato, portanto, seria uma entidade existente no interior da sociedade capitalista que "tende a reunir todos os trabalhadores na defesa de seus interesses materiais mais imediatos" (p.33). Embora não seja politicamente neutro, não é um instrumento político, pois visa a "organizar os trabalhadores na sua luta cotidiana contra o capital e que toda ação propriamente política, inclusive a de oposição, se refere à esfera da política, ou seja, ao espaço ocupado pelo Estado e suas instituições -o regime, o governo, o parlamento, etc." (p.29) Fazer confusão entre estas duas atividades seria, ainda segundo N.M., "falta de rigor".

Muito bem. Na p.33 N.M. reconhece, entretanto, que a luta pela liberdade sindical "é um dos aspectos da luta política", pois o sindicato "necessita de liberdade de organização para enfrentar o patronato no terreno econômico". Temos então, conforme o próprio texto de N.M., que a luta pela liberdade sindical não é propriamente política mas, ao mesmo tempo, é um aspecto da luta política: e mais adiante veremos as implicações desta imprecisão. Por enquanto, seguindo com a máxima boa vontade o raciocínio de N.M., teríamos, no Brasil, a luta pela liberdade sindical (que é um aspecto da luta política) visando a que os trabalhadores brasileiros tivessem

direito a lutar autonomamente pelos seus interesses puramente econômicos. Quer dizer, os operários brasileiros estariam conduzindo uma duríssima forma de luta política (direito implica Estado que implica política, rigorosamente) que já teria implícito no seu projeto sua despolitização futura.

Mas aqui seria o caso de perguntar se este projeto está efetivamente implícito na luta real que os trabalhadores brasileiros estão conduzindo, nos seus programas e nas suas palavras de ordem, ou apenas na cabeça de N.M.? É inegável que esta tendência existe dentro do movimento operário brasileiro: justamente nas suas tendências economicistas, nas tendências que não assumem o caráter político da luta da classe operária. De qualquer maneira, o que é veiculado maciçamente, desde o Maranhão até o Rio Grande do Sul, são as palavras de ordem contra a lei de greve, que é outra luta diretamente política, contra o arrocho salarial e pelo sindicato desatrelado, pela organização autônoma dos trabalhadores. E qual seria o estatuto desta organização? Ninguém sabe, pois as próprias lideranças que estão se interessando pelo caráter desta organização sindical desatrelada, estão ainda em fase muito preliminar de estudo. De qualquer maneira, hoje, na prática, existem grosso modo dois tipos de sindicato: os sindicatos pelegos, e os que conduzem, ao lado das lutas de reivindicação salarial, lutas políticas contra a lei de greve e contra o próprio estatuto atual dos sindicatos. Quanto ao nosso caro N.M., ele parece já conhecer este estatuto, ou pelo menos lhe impõe uma "rigorosa" limitação: o sindicato tem de ser um órgão que regule, para os trabalhadores, a contratação da força de trabalho e nada mais. No que, aliás, ele faz coro com as tendências mais atrasadas do movimento sindical brasileiro.

A partir daqui começa a se revelar claramente a limitação das concepções de N.M. Limitação enquanto forma de pensar, enquanto lógica que, ao se transformar em projeto de construção da realidade, transforma-se ao mesmo tempo em barreira contra a implantação de uma forma de organização sindical mais avançada. Não estou pretendendo com isto que a classe operária brasileira tenha força para impor tal projeto mais avançado. Constatado apenas que, para N.M. há um limite: esta organização deve apenas conduzir uma luta meramente reivindicativa. Isto é, N.M. retém uma definição precisa de sindicato que assinala para este um conjunto limitado de tarefas rigidamente separadas da atividade política. O grande problema é que, antes de mais nada, a luta de classes não para e as instituições não são formas rígidas como os cristais, elas se transformam:

"O sindicato não é esta ou aquela definição de sindicato: o sindicato torna-se uma determinada definição, isto é, assume uma determinada figura histórica quando as forças e a vontade operária que o constituem lhe imprimem tal orientação e põem na sua ação os objetivos que são afirmados na definição." (Gramsci, Scritti Politici, Editori Riuniti, vol. II, p.125)

Como vemos, a posição de Gramsci é flexível, constatando radicalmente com a posição de N.M., ao insistir realisticamente sobre a possibilidade histórica da instalação de diferentes formas de sindicato. No texto citado, os sindicatos italianos da época aparecem como organismos a serviço do capital. Mas Gramsci admite, neste texto e em outros, que o sindicato possa tornar-se "um organismo de preparação revolucionária".

Marx, por sua vez, atribuiu ao sindicato um papel bem mais expressivo do que o de um mero organismo de contratação da força de trabalho, ao ligar indissolúvelmente as lutas econômicas às lutas políticas:

"O objetivo final do movimento político da classe operária é a conquista do poder político: para isto, é preciso naturalmente uma organização prévia da classe operária, desenvolvida até um certo ponto e surgida das suas próprias lutas econômicas.

"Mas, por outro lado, todo movimento que opõe a classe operária enquanto classe, à classe dominante e procura vencê-la por uma pressão do exterior é um movimento político. Por exemplo, a tentativa feita numa fábrica particular ou até mesmo num setor profissional tomado à parte, para forçar certos capitalistas por greves, etc, a reduzir a jornada de trabalho, é um movimento puramente econômico; ao contrário, o movimento que tenta arrancar uma lei sobre a jornada de oito horas etc, é um movimento político. É assim que, em toda parte, um movimento político nasce de todos estes movimentos econômicos isolados dos operários, isto é, um movimento da classe para fazer triunfar seus interesses sob uma forma geral, sob uma forma que tem uma força geral socialmente eficaz. Se estes movimentos supõem uma certa organização prévia, eles são, por sua vez e na mesma medida, meios de desenvolver esta organização". (Marx, carta a Bolte, em Critique des programmes de Gotha et d'Erfurt, Editions Sociales, p.118-119, grifos de M.)

E Engels:

"Ao lado ou acima dos sindicatos, de cada ramo da indústria surgirá uma União Geral, uma organização política da classe operária no seu conjunto." (Marx e Engels, Le Syndicalisme, vol. I, Petite collection Maspéro, p.183)

O que se evidencia nestas condições é que, apesar dos sindicatos terem preenchido tradicionalmente o papel de defesa de interesses materiais mais imediatos, desempenharam também paralelamente um papel político ao conseguirem formalização de leis de proteção para as classes operárias nacionais.

Mas o que é particularmente interessante, no nosso caso, é que N.M. ignora as próprias lutas atuais da classe operária enquanto um todo: o crescimento do caráter político dos sindicatos, sobretudo na Europa Ocidental. Este fato decorre do caráter que o próprio Estado burguês vem adquirindo, sua importância e seu poder normativo crescente, fazendo com que todo e qualquer movimento social tenha necessariamente conotações imediatamente políticas, na medida em que o Estado penetra em toda parte, "invade" o "terreno" da sociedade civil.

É por isso que, nas tratativas atuais em torno de um novo pacto social, as centrais sindicais espanholas exigem, ao aceitarem certos limites propostos pelo governo, "contrapartidas políticas", fazendo então reivindicações e propostas de reforma de caráter eminentemente político. E não é só. O que se evidencia hoje mais do que nunca, e com ênfase especial na Itália, é que uma politização substancial do sindicato pode ser obtida, através de alterações na sua estrutura e na sua função. Com efeito, na Itália, o movimento dos conselhos foi integrado na estrutura sindical, imprimindo um caráter democrático de base ao sindicato, e funcionando como contrapeso ao domínio da burocracia tradicional. Estas mudanças foram expressão de um aumento considerável de força da classe operária: inicialmente, do aumento de seu poder na fábrica, a conquista em certos níveis do controle da organização do trabalho e da produção. Além do mais, os sindicatos conquistaram o direito de participar ativamente na elaboração da política econômica nacional através do controle dos investimentos, das novas modalidades de ocupação e da participação na elaboração de reformas de diversas naturezas.

Não se pretende fazer aqui uma análise exaustiva do movimento sindical italiano, nem muito menos pretender que estas batalhas político-sindicais tenham sido todas coroadas de sucesso; o objetivo aqui é limitado: é demonstrar que a definição de luta econômica não pode se basear numa oposição rígida à luta política, pela qual uma exclui reciprocamente a outra, e nem pode se limitar a uma divisão "espacial" de competências, de caráter institucional. Ao realizar esta operação, o rigor de N.M. se transforma então em rigidez.

Na verdade, esta definição é parte integrante de um projeto político onde ao movimento social, particularmente ao movimento de massa é atribuído apenas a defesa das próprias reivindicações imediatas, cabendo ao partido (à "esfera" da política) a luta pelos seus interesses "mais gerais", pois só ele pode ser responsável pela transformação revolucionária da sociedade.

2- Concepção de luta política

A concepção de luta sindical de N.M., portanto, implica indissolúvelmente uma concepção de luta política igualmente limitadora. Como vimos, a esfera da política é o "espaço ocupado pelo Estado e suas instituições". "Pode inclusive tratar-se de uma oposição que negue essas instituições e que queira destruir o Estado, mas em qualquer dos casos, toda ação propriamente política se refere à luta pelo poder político ou pelo menos à luta por transformações gerais no caráter do Estado ou de sua orientação política" (p.29)

Aqui já cabe registrar uma pequena arbitrariedade de N.M.: não só as "transformações gerais" no caráter ou na orientação do Estado são políticas; a luta por transformações particulares também é política, como bem demonstra a carta de Marx a Bolte. Assim, a luta contra a estrutura sindical corporativista vigente, enfrenta uma forma específica de controle da burguesia sobre o movimento operário, através da transformação do sindicato em instituição estatal; enfrenta portanto um aspecto do poder político atual da burguesia. É, portanto, propriamente luta política.

Esta pequena arbitrariedade não deixa de ter, como veremos, grandes consequências. De saída, fornece as armas para N.M. criticar na p. 30, a afirmação dos "obreiristas" de que "a luta política dos trabalhadores brasileiros" tem por objetivo a "conquista da liberdade e da autonomia sindicais". Não conheço o documento criticado mas considero que a frase assim como foi citada, impõe uma evidente limitação e justifica a pergunta de N.M.: "Ficamos portanto sem entender se a classe operária deve participar, com as outras forças sociais, da luta contra a ditadura ou se deve limitar-se a lutar pela liberdade e autonomia sindicais". A que ele próprio responde: "A luta da classe operária por sua emancipação é uma luta política: hoje, seu grande objetivo é a conquista da liberdade política" (p.30). O que está na "ordem do dia", por conseguinte, é esta conquista, sendo as demais liberdades (sindical, de organização, de realizar greves), que não são, segundo N.M., propriamente políticas, batizadas de "direitos legítimos" e atiradas para um plano indefinido, subordinadas à conquista da "liberdade política para as massas".

O equívoco simplista desta tese está inicialmente no fato de dissociar abusivamente a liberdade de organização e a liberdade sindical, da liberdade política para as massas. E este corte arbitrário leva N.M. a se contradi-zer, sem o perceber, nos seus próprios termos, pois o "direito legítimo"

não se colhe nas amendoeiras. E a burguesia brasileira continua se obstinando a não reconhecer a legitimidade da liberdade sindical. Trata-se, portanto, de conquistar, pela luta, este direito. Mas direito implica constituição, implica Estado; portanto, quem diz "direito legítimo" está falando "propriamente" de política, aqui e na casa do chapéu. Dentro do raciocínio de N.M., tudo se passa como se, conquistando-se a "liberdade política", conquista-se automaticamente a liberdade sindical e a liberdade de organização. Mas isto é, na verdade, uma grandecíssima ilusão e a história da classe operária brasileira já o demonstrou: no pós-guerra, a conquista da liberdade político-institucional foi realizada, dentro de certos limites, um dos quais a preservação da estrutura sindical autoritária. "Liberalismo em política, corporativismo quanto à organização sindical... as classes subalternas deviam continuar subordinadas ao ideário de colaboração e de harmonia entre as classes sociais" (Luiz Werneck Vianna, Liberalismo e sindicato no Brasil).

Este fato de nossa história é portanto altamente revelador. Inicialmente ele nos revela que, assim como não existe o sindicato, não existe a liberdade política, uma espécie de conquista da "evolução natural" das sociedades modernas, algo que se impõe automaticamente com a queda dos regimes ditatoriais. O que conta para a existência efetiva da liberdade política, que não é apenas a liberdade de criar partidos, é a força sócio-política, a consciência, organização e mobilização política em cima de cada aspecto do exercício desta liberdade, para que ela possa ser a mais efetiva e a mais ampla possível.

A luta pela liberdade sindical é uma luta fundamental para a emancipação da classe operária brasileira. Nada assegura, a história já o demonstrou, que, com a queda da ditadura, caia necessariamente a estrutura sindical autoritária. São o que pode assegurar esta conquista é a mobilização constante da classe para obter este direito. Entretanto, é claro que a conquista da liberdade sindical não pode assegurar a conquista da liberdade de organização em geral e muito menos a liberdade político-partidária. Por isso, repito, é fundamental a mobilização em torno de cada aspecto específico do problema. E é evidente também que a conquista de todas estas liberdades diz diretamente respeito à classe operária, pois a coloca numa posição mais favorável no processo de sua emancipação.

Ora, na lógica anti-dialética de N.M., que compartimenta rigidamente as diversas lutas sociais, a "liberdade política para a massa" se identifica à liberdade de criar o partido, considerada a liberdade prioritária, aquela que atribui às demais "um caráter geral e duradouro". Nesta visão, o partido tem este papel privilegiado porque é ele quem age na "esfera" da política, estabelecendo leis e interferindo na orientação do Estado. Fica então claro porque, nesta versão, o sindicato não sendo "politicamente neutro", não é entretanto, autorizado a exercer nenhuma ação propriamente política: é que ele deve funcionar apenas como torcida do time político, o partido, o protagonista único da "esfera" da política.

Esta operação cirúrgica, ao privilegiar uma certa forma de luta política, a luta político-partidária com forte vocação parlamentar, não pode deixar de esvaziar politicamente as lutas sociais, ou melhor as lutas sindicais ou as formas de ação direta ou semi-direta, onde o movimento social irrompe pela base, em formas de organização não-convencionais e não-institucionais que podem adquirir uma extraordinária eficácia política. Isto fica evidente quando N.M. ignora importantes lutas políticas efetivamente existentes no Brasil, para privilegiar o momento jurídico-político da queda da ditadura

ra e a conseqüente criação das condições legais para a criação do partido político. Do mesmo modo que procura impor um projeto limitado de sindicato, subestima as lutas reais dos trabalhadores brasileiros para forçar o seu projeto de construção partidária.

Mas não é tudo; este privilegiamento arbitrário da atividade político-partidária leva-o a ignorar um fato que no entanto é decisivo: não só o poder político burguês, mas a atividade política em geral, têm uma autonomia relativa e uma eficácia próprias, o que faz com que a política possa ser decisiva num momento dado, mas que permite igualmente todo tipo de instrumentalização do movimento social que os partidos representam. É esta autonomia que permite também que as formas "democráticas", sejam as organizações partidárias, sejam os regimes políticos, possam coexistir perfeitamente com o autoritarismo mais empedernido. De nada resolve, é claro vociferar contra as instituições, e afirmar a inevitabilidade da burocratização, dado que os partidos políticos podem ter um papel importante a desempenhar; é por isso que a relação dos partidos com o movimento como um todo, permanece um dos mais graves problemas enfrentados pela classe operária a caminho de sua emancipação.

Longe de tentar dar uma resposta a esta questão, o projeto político implícito no artigo aqui criticado só contribui para perpetuar esta situação, onde frequentemente o partido operário torna-se manipulador das classes que representa. Efetivamente, ao afirmar o partido como único organismo capaz de "centrar sua ação na conquista do poder político", N.M. identifica esta conquista com a transformação revolucionária da sociedade e considera a ação política aspecto fundamental da revolução. Esta redução grave fica evidente quando, na p.30, ele afirma: "a luta da classe operária por sua emancipação é uma luta política", para negar o movimento social existente e separar a luta política das demais. Ou quando cita, na mesma página, o santo nome de Marx em vão, fragmentando seu pensamento, como o fazem habitualmente os que o lêem com os óculos de Lênin.

Para começar a criticar estas concepções, seria preciso considerar que, em última instância, o que condiciona o poder político é a dominação social. Dominação social é um conceito mais abrangente, que abarca toda a complexidade da estrutura social, da qual as relações políticas são apenas uma parte. As relações políticas constituem um conjunto de relações que entretanto não se opõem rigidamente às demais relações sociais (econômicas, culturais e ideológicas); pelo contrário, todas estão intimamente relacionadas entre si, umas condicionando as outras. A dominação social da burguesia abrange todas estas relações, sendo as relações políticas uma forma desta dominação: uma formalização pela qual a dominação econômica, cultural e ideológica burguesa se exprime em instituições políticas separadas e acima da sociedade civil, instituições que asseguram o seu poder político e contribuem para perpetuar sua dominação social.

Marx, em Miséria da Filosofia, afirmou que o "poder político é precisamente o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil". E nas notas marginais ao programa de Gotha: "a liberdade consiste em transformar o Estado, organismo que é colocado acima da sociedade, em um organismo inteiramente subordinado a ela". Sem dúvida, Marx dá uma importância decisiva à conquista do poder político. Esta conquista é "o objeto final do movimento político da classe operária". Mas para não fragmentarmos seu pensamento, precisamos considerar que o movimento político não esgota o movimento revolucionário. No Manifesto, a conquista do poder político é um dos objetivos imediatos, "o primeiro passo da revolução operária". Mas objetivos imediatos pressupõem outros objetivos, mediatos. Além do mais, seria o caso de per-

guntar: o primeiro passo de qual caminhada?

No fim de Miséria da Filosofia, as coisas ficam mais claras: "uma classe oprimida é condição vital de toda sociedade baseada no antagonismo de classes. A libertação da classe oprimida implica portanto necessariamente a criação de uma nova sociedade". Texto claríssimo: opressão é política; libertação política implica necessariamente, portanto, um movimento mais vasto: "entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista se coloca o período de transformação revolucionária daquela nesta. A que corresponde um período de transição política onde o Estado não poderia ser outra coisa senão a ditadura revolucionária do proletariado" (notas marginais ao programa de Gotha, grifos de Marx). Portanto, a transição política, a tomada do poder político é apenas um período englobado por algo mais abrangente: a transformação revolucionária da sociedade. É uma redução grave, portanto, identificar estes dois períodos e pretender que a luta da classe operária se reduz à luta política. Quando Marx diz que a luta da classe operária é uma luta política, ele nunca o faz com o objetivo de negar o fundamento social da luta, nem de separar a política do movimento social. Nesta perspectiva é que fica clara a sua afirmação em A Guerra Civil na França, de que a Comuna foi "a forma política enfim encontrada que permitiria realizar a emancipação econômica do trabalho".

Foi Gramsci, o pensador da "hegemonia" e da "revolução cultural" que veio a contribuir para o enriquecimento desta questão: a construção da nova sociedade é uma tarefa que deve ser considerada como atual, na medida em que o movimento social, na sua ação, constroi relações novas, novas formas de conduzir a própria vida política, econômica e cultural.

Quanto às lutas pela liberdade política para as massas, no Brasil atual, isto é o fundamental: se não surge uma democracia no seio da massa, se a massa não a exige na sua ação e nas suas variadas formas sociais de organização, então ela não exigirá a democracia no seio de um eventual partido que venha a ser criado em seu nome. Então a democracia como forma de governo, num país com uma larga tradição autoritária como o nosso, será tanto mais formal e tanto menos efetiva, quanto menos consciência e ação de massa existirem sobre este problema. E, o que talvez seja mais grave ainda, permitirá a reprodução do autoritarismo político de esquerda, com a consequente manipulação das massas pela organização de sua "vanguarda". Em uma palavra, permitirá a preservação da sua opressão, da sua sujeição política.

Gostaria de terminar insistindo em algumas questões(...). (1)-do ponto de vista das relações políticas: a atividade político-partidária é a forma consagrada de fazer política na sociedade burguesa. Embora a existência de um partido operário possa ser importante num momento histórico dado(...) a politização (pode) dar-se perfeitamente fora de um partido, seja no movimento sindical, seja pela criação... de novas formas não-convencionais de ação política. Se se considera que as lutas sociais só podem adquirir um caráter político através do partido... que a política partidária é uma forma "superior" de luta (...) estas concepções levam ... à repressão das demais formas de luta política ou... a uma instrumentalização delas em proveito do partido. (2)-do ponto de vista das demais relações sociais: por mais importante que possa ser a atividade política... (não pode) servir de desculpa para se subestimar o conjunto das lutas sociais ou para instrumentalizá-las. Muito pelo contrário, a atividade política deve ser considerada um dos meios (da) emancipação... das massas trabalhadoras e... um instrumento do movimento social; pois o movimento revolucionário ultrapassa o movimento político, abrangendo o revolucionamento da totalidade das relações sociais.

NOTA DA REDAÇÃO: Desculpamo-nos junto ao autor e aos leitores de ter tido, por imperiosas razões de espaço, de reduzir o último parágrafo.

MOVIMENTO POPULAR E PARTIDOS

m. faustino santos

A discussão a respeito da construção de uma organização partidária popular está aberta. Articulações, pronunciamentos, projetos de estatutos multiplicam-se. Preparam-se lançamentos imediatos. Há mesmo, em certas áreas, uma pressa equívoca e uma vontade inequívoca em lançar, "o mais rápido possível", um partido o "mais popular possível". Contam-se os adeptos, as adesões, os desligamentos. A própria ditadura militar e altas personalidades do regime orquestram a música amplificada pela "grande" imprensa.

A discussão está portanto lançada. A confusão também. Este artigo tenta estabelecer pontos que poderiam servir de roteiro para uma articulação com vistas à formação de um partido político nacional e popular.

Para que um partido ?

A primeira questão é insistir sobre a necessidade de um partido deste tipo. Com efeito, em muitas oportunidades, ouvimos argumentos de que o movimento popular (1) no Brasil ainda está demasiadamente fraco para enfrentar a tarefa de construção de um partido próprio, ou de que as margens legais não são suficientes para ensejar um trabalho com esse objetivo, ou de que as articulações em curso são inspiradas pela própria ditadura, ou pela social-democracia internacional, o que invalidaria o caráter popular de um tal partido.

Todos estes argumentos não fazem mais do que levantar dificuldades no caminho da construção de um partido político nacional e popular no Brasil. Todos eles, no entanto, não fazem mais do que reafirmar a necessidade de um tal partido.

Todos estes argumentos, na verdade, uma vez alinhados, resumem-se a um: a fraqueza do movimento popular hoje no Brasil. Com efeito, só esta fraqueza é que explica as estreitas margens legais atualmente existentes. Finalmente, só esta fraqueza é que explica que a social-democracia internacional possa aparecer como um fator de "progresso" para o povo brasileiro.

A fraqueza política do movimento popular no Brasil é um dado da realidade, é mesmo um dado histórico da luta de classes no Brasil. Trata -

(1) As expressões "movimento popular" e "povo" referem-se aqui ao conjunto das classes e setores sociais que para viver dependem fundamentalmente de seu trabalho. A classe operária no contexto do movimento popular e do povo representa a força social historicamente mais consciente e decisiva na luta contra a opressão e a exploração. As relações entre a classe operária e os demais setores populares constituem um tema fundamental que não caberia, entretanto, abordar no âmbito deste artigo.

-se, portanto, de responder à questão: a tarefa de articulação de um partido político nacional de popular, desde já, é necessária ao fortalecimento do movimento popular? Ou contribui para o seu enfraquecimento? A resposta não é simples.

De fato, dependendo de como a tarefa for encaminhada, ela fortalecerá ou enfraquecerá o movimento popular. Uma articulação despolitizada, a pressada, apoiando-se em forças anti-populares, não poderá servir à causa do fortalecimento do movimento popular. Mas o itinerário da formação de um partido popular não precisará ser necessariamente este, e isso no momento depende, em boa parte, de como as forças políticas(2) mais consequentes do movimento popular enfrentarem esta questão.

O fato é que já existem tentativas pseudo-populares em curso. Os que não se conformam em ver, mais uma vez, o movimento popular ser envolvido por organizações e lideranças não comprometidas com seus interesses fundamentais, os que recusam-se a ver prosperar, sem maiores resistências, as iniciativas travestidas em nome do povo, animadas pelos Magalhões da vida, e pelos Delfim da vida, devem encarar esta tarefa, a de organização de um partido nacional e popular, como inadiável, como uma tarefa central para o conjunto das forças políticas mais consequentes dentro do movimento popular.

O movimento popular brasileiro precisa de um partido político que programe, participe e dirija a luta do povo. Face aos estados-maiores da burguesia, políticos e militares, face aos partidos políticos pseudo ou claramente anti-populares, é fundamental que o povo organize o seu partido, apoiado em bases populares e expressão de sua luta: um partido político, porque baseado num programa político mínimo, claro e preciso, capaz de mobilizar as massas na defesa de seus interesses imediatos e históricos; um partido popular, pela orientação e sentido de seu programa e pelas bases sociais que o caracterizarão; um partido nacional pela sua atitude firme na defesa dos interesses e da independência nacionais e também pelo âmbito de sua ação.

Este partido é necessário, e é mesmo essencial à luta do povo. Porque se o movimento popular pode existir socialmente sem um partido, se o povo, para lutar, não necessita, à partida, de uma Organização Política, porque o movimento popular brota das próprias contradições inerentes à sociedade dividida em classes, se tudo isso é verdade, não é me

(2) Por forças mais consequentes do movimento popular queremos abranger as Organizações Políticas que procuram conduzir a luta revolucionária no Brasil, de um ponto de vista marxista. Apresentam, muitas vezes, erros de concepção e de enfoque da realidade imediata. Mas isso não lhes retira a condição de núcleos vitais do movimento popular porque são inspiradas pela visão de mundo do proletariado e porque organizam-se em níveis qualitativamente mais elevados que os restantes grupos e tendências dentro do movimento popular. A omissão eventual dessas forças na construção de um partido nacional e popular enfraquecerá, necessariamente, o mesmo, enfraquecendo, ao mesmo tempo, a capacidade de intervenção política destas forças. Ou seja, será uma derrota para o conjunto do movimento popular.

nos verdade afirmar-se que o movimento popular não terá consequência sem um partido que possa assegurar a direção política da luta, a sua centralização, a generalização das palavras de ordem mais importantes em cada momento, o caráter global de cada luta local.

Este partido, sempre necessário, é tanto mais necessário quanto se en contra hoje, e não poderia ser de outro modo, o movimento popular desguarnecido politicamente, prestes a ser presa de manobras de envolvimento que a burguesia já prepara.

No caso de observar determinadas condições, a saber, (a) definir uma análise de conjuntura precisa, capaz de visualizar corretamente as grandes tendências do momento atual; (b) articular-se de modo politizado e de maneira estreitamente vinculada ao processo em curso do movimento popular, apoiando-se em sua luta e sendo dela expressão; (c) definir um programa político consequente, com pontos precisos, cuja realização altere de fato a realidade em benefício dos interesses do povo, e cuja agitação provoque, de fato, a mobilização das amplas massas no Brasil, forjando, entre as diversas classes sociais que constituem o povo brasileiro uma sólida aliança; (d) definir formas de organização capazes de integrar as diversas forças e lideranças do movimento popular que encontram-se hoje dispersas e quase fragmentadas; observando estas condições, acreditamos que um partido político nacional e popular possa emergir como um fator de fortalecimento real e efetivo do movimento popular (3).

Viabilidade

A segunda questão é verificar a possibilidade de uma articulação desta natureza. Aqui esbarramos em preconceitos e tradições. Com efeito, não há tradição de um partido autenticamente popular no Brasil. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) imediatamente antes de 1964 poderia estar-se encaminhando para se converter num tal partido. O golpe de 1964, entretanto cortou o processo (4).

De outro lado, ao nível das forças mais consequentes da esquerda brasileira, não há mióres experiências de tentativas neste sentido. Ao contrário: prevalece uma tendência a considerar este trabalho como "reservado" às lideranças populares que atuam na faixa legal ou pretendem atuar nesta faixa. Finalmente, há, difundida, a visão segundo a qual a organização de um partido popular teria que passar, antes de

(3) É necessário deixar claro que não defendemos a hipótese de um lançamento imediato do partido popular. Com efeito, as condições enumeradas levam um certo tempo para serem reunidas. Porém, é necessário, desde já, dar os primeiros passos no sentido de sua articulação para que o lançamento possa ser feito no momento que seja considerado o melhor para e pelo movimento popular.

(4) Insistimos: tratava-se de uma virtualidade, uma possibilidade inscrita na realidade dos fatos. Com efeito, se antes de 1964, o PTB tinha a "adesão" de amplas massas do movimento popular, ele não seria capaz de organizá-las e de mobilizá-las efetivamente sem a ajuda de órgãos estatais e, particularmente, sem o apoio e a cobertura do governo federal.

tornar-se uma tarefa imediata, por um longo processo de "acúmulo de forças" (5), primeiro, a esquerda deveria concentrar-se no fortalecimento do movimento popular, suas entidades sindicais ou associações e conômicas de massa, depois, viria a hora de organizar um partido popular (6).

Todas estas objeções, feitas de boa fé, escondem o espírito de seita e os diversos matizes do baluartismo que, ainda hoje, e infelizmente, predominam ao nível das forças políticas mais consequentes do movimento popular.

A luta pela articulação de um partido político nacional e popular não é contraditória com a concentração de esforços na condução da luta concreta, política e econômica, do povo. É um de seus aspectos. As forças políticas mais consequentes não podem e não devem ficar à reboque do processo. A sua participação é não só possível como é desejável para que um programa, as formas de organização e a vinculação do partido a ser criado com o movimento popular seja a mais profunda e consequente possível no momento.

Seria um erro abdicar de uma tarefa atual e essencial por julgá-la impossível de ser cumprida ou "reservada" a outras forças. O movimento popular está numa encruzilhada. Ou será, mais uma vez, neutralizado por partidos claramente anti-populares ou será envolvido por partidos pseudo-populares (historicamente, não há diferenças qualitativas entre estas duas alternativas) ou dotar-se-á de um partido político próprio, capaz de orientar suas lutas e de marcar, sem margem de dúvidas, a sua (do movimento popular) presença política na luta de classes no Brasil.

O contexto político

Os passos necessários e possíveis no rumo da construção de um partido político nacional e popular não podem ser dados com base num receituário válido pela eternidade (7). Nesta área, assim como em todas as outras, as experiências do movimento revolucionário internacional deverão servir como pontos de referência, indicadores. A nossa realidade é que será determinante nesta e em todas as demais questões essenciais que venhamos a enfrentar (8).

(5) A expressão vai aqui entre aspas, porque, muitas vezes, surgem posições que tentam enfrentar a complexidade das tarefas da atual fase com o recurso a esta expressão. Se ela é justa no sentido de que o movimento popular não se encontra em condições de enfrentamentos decisivos com as forças da reação, ela não esclarece muito no sentido positivo: ou seja, como, em que direção, em que sentido, em torno de que programa acumular forças?

(6) Esquecem-se portanto de que o próprio fortalecimento do movimento popular depende da organização de um partido popular. E este, por sua vez, para ser forte, depende também de um movimento popular forte. É necessário que prevaleça uma visão dialética das relações entre o movimento popular/partido popular, em que o desenvolvimento de ambos apareça como uma condição essencial para o fortalecimento dos dois.

É nesta medida que se torna importante chegar a conclusões comuns a respeito das tendências dominantes hoje no quadro da sociedade brasileira. Inclusive porque a formulação de um programa político válido - medula de um partido político nacional e popular - depende fundamentalmente de uma análise válida da realidade onde se pretende intervir politicamente.

A principal característica do quadro político brasileiro hoje é que a burguesia prepara-se ativamente e conscientemente para substituir a ditadura militar num contexto de grande fraqueza do movimento operário em particular e do movimento popular em geral (9).

Tentemos avançar por partes.

A burguesia prepara-se para substituir a ditadura militar. O fundamental aqui é estabelecer, sem rodeios, o processo de substituição da ditadura militar. Trata-se de uma questão sobre a qual ainda persistem muitas dúvidas no seio de diversas forças do movimento popular. Com efeito, constatamos que é muito difundida a tese segundo a qual todo o processo dito de "institucionalização" da ditadura não seria mais que uma "mascarada", uma "cortina de fumaça", jogada aos olhos do povo para "envolvê-lo" ou "ludibriá-lo". Ora, não pretendemos negar os propósitos "maquiavélicos" de um sinistro Golbery do Couto e Silva. Trata-se de um Maquiavel-caboclo e nada imbecil. Também não se põem em dúvida as intenções "enganadoras" e "pérfidas" dos Magalhães da vida e dos Delfim da vida. Todos estes dedicarão suas vidas, perpetuamente, a enganar o povo. São burgueses (Magalhães) ou cães-de-fila da burguesia (Golbery e Delfim): portanto: cumprem seu papel.

A questão não é, porém, identificar os estratagemas em curso (10), mas sim o problema maior do movimento geral onde se inserem. Este movimento geral é que nos interessa aqui. E este movimento aponta na direção da substituição da ditadura militar.

(7) Basta estudar a experiência revolucionária dos povos, as principais revoluções populares e proletárias do século XX, para compreender a riqueza e a diversidade de experiências e lições. Nenhuma experiência repetiu a outra. Salvo as experiências derrotadas que, eventualmente, copiaram ou tentaram copiar experiências anteriores.

(8) A respeito da experiência internacional a ser estudada, o camarada presidente Samora Machel diz: "Pontos de referência... são as realidades vividas por outros processos revolucionários. A nossa realidade, essa constitui sempre o ponto de partida e a essência." Trata-se de uma contribuição válida.

(9) Esta conclusão é transcrita do documento: Notas para discussão sobre conjuntura e tática, abril de 1978, Paulo Soares, trabalho mimeografado. Boa parte das reflexões aqui formuladas, relativas à análise de conjuntura, são inspiradas pela parte II deste artigo, teses 5 a 15. Isso não quer dizer que concorde com todos os desdobramentos deste documento, nem que seja possível atribuir os erros de meu artigo às Notas.

(10) Isto não quer dizer que a identificação e a denúncia destes estratagemas não sejam tarefas importantes para o movimento popular. Mas não é disto que estamos tratando agora.

Porque a burguesia, e o próprio governo militar, desenvolvem, e isto desde 1974, uma ação no sentido de mudar a forma da dominação de classe no Brasil? Ou, utilizando os termos da crônica política: porque encajam-se num processo de transformação do atual "estado de exceção" num "estado de direito"?

A causa profunda desse movimento geral reside no fato de que a ditadura militar esgotou-se no Brasil (11), nesta etapa, como forma de dominação de classe da burguesia.

A ditadura militar não veio para ficar eternamente. Basta olhar para a história do Brasil ou para a história do capitalismo em geral, ou para a situação do capitalismo no mundo, hoje, para compreender que o capitalismo, em geral, não exige, em princípio, nem no Brasil sempre exigiu, formas de exceção para garantir a dominação de classe. Quando essas formas são exigidas - e o são frequentemente, sobretudo nas regiões sob dominação do imperialismo - para assegurar a dominação de classe da burguesia ou/e o processo de acumulação do capital, quando isto acontece, a burguesia não tem nenhum pudor em recorrer a estas formas. A história do capitalismo é a história, em todo o mundo, inclusive no Brasil, dos massacres do movimento popular e da intervenção frequente da força aberta como "primeira alternativa" para controlar o movimento popular (12)

Em 1964, diante da crise geral da sociedade brasileira, crise do processo de acumulação do Capital e, particularmente, acentuada pelo ascenso significativo das lutas populares (13), a burguesia recorreu à ditadura militar, ao "estado de exceção".

Em 1967, ainda sob a direção do primeiro governo militar, tentou-se, sem êxito, porque as condições ainda não estavam reunidas para tanto, transitar (14) ao "Estado de Direito" democrático-burgues. Não foi possível, e o Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, foi a expressão mais clara de que o "Estado de Exceção" precisava aprofundar-se para que as "tarefas" da ditadura militar fossem cumpridas.

(11) Mais uma vez cabe referência às Notas... (cf. nota 8), especialmente sua parte II, teses 5 a 13.

(12) Nem sempre a força aberta é a "primeira alternativa" para "solucionar" os conflitos em favor da burguesia na sociedade capitalista. De fato, nas democracias burguesas, a burguesia procura "solucionar" estes conflitos através de mecanismos políticos e ideológicos. O que não exclui a utilização da força, esta ficando, porém, como "última instância" ou "última reserva". Ora, a característica do "estado de exceção" é exatamente o fato de utilizar para solucionar os conflitos sociais, e sempre, e em "primeira instância", a força aberta, daí o "reino do arbítrio", conforme expressão da crônica política.

(13) É importante destacar que a experiência do movimento social de 1961/63, está ainda, infelizmente, muito mal estudada pela esquerda brasileira. Não nos referimos aqui aos erros de condução do movimento, "exaustiva" e superficialmente denunciados pelas forças políticas de esquerda, mas às características do movimento social popular; caberia destacar: a intervenção política das massas camponesas, pela primeira vez, a nível nacional; a mobilização e intervenção política dos escalões inferiores das FFAA, pondo em risco a capacidade de ação do aparelho repressivo da burguesia; a força e o peso do movimento operário, etc. O estudo deste movimento, desprezado pelas forças políticas que emergiram depois de 1964 permanece na ordem do dia como tarefa do movimento popular, inclusive para que as lições possam ser aproveitadas.

E constatamos que, em meio a sofrimentos atrozes de todo o povo, e apoiados numa repressão sangrenta, os governos militares empurraram o capitalismo no Brasil para um novo patamar.

Qual foi o setor social, o aspecto econômico, ou político, que não sofreu o impacto da política da ditadura militar? Que não foi afetado ou inteiramente modificado por ela? O campo, a cidade, as classes sociais, as instituições políticas, as ideologias, em todas as áreas houve profundas modificações. O Brasil mudou significativamente em 14 anos. E o capitalismo avançou apoiado nas mudanças efetuadas (15).

Das "realizações" da ditadura militar, uma parte substancial veio para ficar e ficará, enquanto durar o capitalismo no Brasil. Um exemplo típico: o peso qualitativamente novo que é jogado pela União na organização do poder político e, particularmente, na formulação, aplicação e controle da política econômica. Outros exemplos: a proletarianização no campo, que tende a consolidar-se, mesmo no quadro de um "estado de direito", a urbanização crescente: a formação de conglomerados industriais; a dependência política e cultural ao imperialismo internacional. A lista poderia alongar-se...

Mas, a partir de 1973/74, inicia-se uma crise política da ditadura militar. Complicada com a crise econômica internacional que se repercute no Brasil. E que se repercute tanto mais duramente quanto mais profundamente o Brasil vinculou-se, no curso dos 14 anos de regime militar, ao mercado internacional e às forças imperialistas. A crise econômica, aqui, acentua a crise política de esgotamento da ditadura militar. É que esta ditadura já não consegue, já não é capaz de executar da melhor forma para o conjunto da burguesia suas funções básicas de: - ordenar o relacionamento entre as classes dominantes; - organizar a repressão às massas.

A partir deste momento passa a interessar à burguesia a substituição da ditadura militar. E um governo militar ungido com a missão de proceder a essa substituição: nasce a política de distensão do governo Geisel. A burguesia prepara-se para substituir a ditadura militar.

Mas a situação não é simples: substituir a ditadura militar como? De que forma? com que instrumentos? em base a que exemplos? Entrechocam-se aí as variantes porque a burguesia não é um bloco coeso neste processo: Magalhães? Severo? Euler? Figueiredo? Frota? Hugo? Delfim? Maluf? Uma mixórdia de todos? Quem administrará os temperos? Quem moverá a colher que fará a mistura? Quem provará em primeiro lugar para saber se está bom para ser servido? Quem servirá? Quem será servido? uma medonha cacofonia abateu-se sobre o país - democracia absoluta ou relativa? Substantiva ou adjetiva? Democracia a 10%, 20%, 80% ou 100%? Transição à espanhola, à grega ou à portuguesa? Democracia à americana, à francesa? forte ou fraca? moderna ou antiga? A discussão faz a delícia dos jornalistas, políticos e dos sociólogos, enche páginas da grande imprensa.

(14) Não se tratava então de uma "volta ao passado" como procuraram fazer crer, demagogicamente, os arautos da "linha dura", mas de uma transição para um tipo de Estado capitalista "modernizado". Era ainda cedo, porém, como a realidade viria a demonstrar e o projeto Castello Branco naufragaria enterrado pelo AI-5 pouco mais de 1 ano depois.

(15) Não faremos aqui a resenha exaustiva das transformações, por não ser possível no âmbito deste artigo. Tal resenha porém interessa ao movimento popular, pelas repercussões que aquelas transformações trazem e trarão à luta do povo.

(continua)

DEBATE

ESTÁ À VENDA EM

PORTUGAL

Livraria Opinião
Rua Nova da Trindade, 24 Lisboa

SUECIA

Bokcafét
Drottningatan, 85 Stockholm

Bokcafét
S.T. Petrikyrkog., 7 Lund

NORUEGA

Tronsmo Bokhandel
Christian Augustsgt., 19 Oslo

ITÁLIA

Libreria Rinascita
Via delle Botteghe Oscure, 1-3 Roma

FRANÇA

Librairie-Centre des Pays de Langue
Espagnole et Portugaise
16, rue des Ecoles Paris 5

Librairie Le Tiers-Mythe
21, rue Cujas Paris 5

ÍNDICE

Apresentação

p. 3

P. da Silva:
O "CASO ANSELMO"

p. 4

Natália Prado:
AS MULHERES NO SINDICATO

p. 12

J. Sotam Onen:
EQUIVOCOS DO POLITICISMO DE ESQUERDA

p. 21

M. Faustino Santos:
MOVIMENTO POPULAR E PARTIDOS

p. 28

CORRESPONDÊNCIA,
ASSINATURAS,
NUMEROS ATRAZADOS :

DEBATE

c/o J. Bourderie
146, rue Montmartre
75002 Paris
France